

**ISAWP: Inclusive Sexuality a
World of Possibilities**

**Investigação e diagnóstico
sobre a educação afetivo-
sexual em Portugal**

Declaração de exoneração de responsabilidade, reconhecimento e direitos de autor

Reconhecimento

Este artigo recebeu financiamento da Comissão Europeia ao abrigo do Acordo de Subvenção número 2024-1-ES02-KA210-YOU-000247025, projeto de Parceria de Pequena Escala ERASMUS+ “ISAWP: Inclusive Sexuality a World of Possibilities”

Declaração de exoneração de responsabilidade

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui uma aprovação do seu conteúdo, que reflecte apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita das informações nela contidas."

Direitos de autor

CC BY-NC-SA

Esta licença permite que os reutilizadores distribuam, remisturem, adaptem e desenvolvam o material em qualquer meio ou formato, apenas para fins não comerciais e desde que seja atribuída a autoria ao criador. Se o utilizador remisturar, adaptar ou construir sobre o material, deve licenciar o material modificado sob termos idênticos.

A CC BY-NC-SA inclui os seguintes elementos:

BY: o crédito deve ser dado ao criador.

NC: Apenas são permitidas utilizações não comerciais da obra.

SA: As adaptações devem ser partilhadas nos mesmos termos.

Índice

INTRODUÇÃO	1
FASE I: ANÁLISE LEGISLATIVA	4
FASE I: A) QUADRO REGULAMENTAR	4
FASE I: B) AVALIAÇÃO DO QUADRO REGULAMENTAR.....	9
FASE I: B.1) Revisão das publicações.....	9
FASE I: B.2) Entrevistas com especialistas no domínio afetivo-sexual e da deficiência.....	10
FASE I: B.3) Questionários com especialistas no domínio afetivo-sexual e da deficiência.....	12
FASE I: B.4) Perceção do género nos programas de educação sexual.....	16
Conclusões do quadro legislativo.....	18
FASE II: Revisão dos recursos existentes.....	20
FASE II: A) Identificação dos programas e materiais.....	20
FASE II: B) Avaliação da acessibilidade.....	22
FASE II: C) Perceção do género nos programas de educação sexual....	24
Conclusões da análise dos recursos existentes	25
FASE II: D) Respostas aos questionários e entrevistas.....	27
FASE III: Identificação de Barreiras.....	33
FASE III: A) Barreiras Culturais e Sociais	33
FASE III: B) Barreiras Económicas e Tecnológicas.....	34
FASE III: C) Barreiras relacionadas com a perceção do género.....	36
FASE III Conclusões: Identificação de Barreiras.....	37
FASE IV: Preparação do relatório e conclusão	39
FASE I: Conclusões: Conclusões da Análise Legislativa.....	40
FASE II: Conclusões: Revisão dos Recursos Existentes.....	41
FASE III: Conclusões: Identificando Barreiras	43
Recomendações Gerais	45
Conclusões Finais.....	46
Bibliografia.....	47
ANEXOS.....	49

INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo avaliar o estado da educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência em Portugal, analisando o quadro legislativo, os recursos disponíveis e as barreiras que impedem a implementação efectiva de programas inclusivos e acessíveis. Ao centrar-se nestas três áreas-chave - regulamentação, recursos e barreiras - a investigação fornece uma compreensão abrangente dos actuais desafios e oportunidades na promoção de uma educação inclusiva que aborde os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência, particularmente no que diz respeito à igualdade de género.

A importância deste estudo reside na sua abordagem interdisciplinar, combinando a análise jurídica, a avaliação de recursos e a identificação de barreiras. Esta perspectiva multidimensional é fundamental para a compreensão dos factores complexos que afectam o acesso a uma educação afetivo-sexual de qualidade e para a identificação de soluções acionáveis para a sua melhoria. Ao longo deste estudo, o papel do género tanto no quadro regulamentar como na acessibilidade dos recursos é enfatizado, uma vez que as percepções relacionadas com o género e as normas sociais podem influenciar significativamente a inclusão e a eficácia dos materiais educativos.

Para além da investigação documental, foram recolhidos dados primários através de entrevistas e questionários, incorporando participantes de várias origens e perspectivas para proporcionar uma compreensão abrangente do assunto. Neste estudo, explorámos perspectivas sobre relações e cuidados com o corpo, centrando-nos na educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência. A investigação abrangeu três grupos distintos:

- Jovens com deficiência (14-25 anos de idade): 35 participantes partilharam as suas percepções, sendo 51,4% com idades compreendidas entre os 20-25 anos e 48,6% entre os 14-20 anos.
- Profissionais de Educação Afetivo-Sexual: 35 especialistas de diversas áreas que trabalham com pessoas com deficiência contribuíram com a sua experiência.
- Familiares e cuidadores de pessoas com deficiência: 35 inquiridos, incluindo 45,7% de cuidadores e 54,3% de familiares.

Esta abordagem abrangente proporciona uma visão multifacetada dos desafios, necessidades e oportunidades na promoção de relações saudáveis e na educação para o cuidado do corpo das pessoas com deficiência.

FASE I: Análise legislativa

A primeira fase da investigação centrou-se na avaliação do quadro regulamentar que rege a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência em Portugal. Esta fase examinou as leis, as políticas e os quadros institucionais existentes para avaliar a sua adequação às necessidades específicas desta população.

Através de uma análise detalhada de publicações, entrevistas a peritos e uma exploração das perspectivas de género nos regulamentos, o estudo analisou até que ponto o atual panorama legislativo apoia os direitos das pessoas com deficiência no contexto da saúde sexual e reprodutiva. As principais conclusões destacaram áreas em que a legislação precisa de ser melhorada, particularmente em termos de inclusão, sensibilidade ao género e consideração explícita das necessidades das pessoas com deficiência.

FASE II: Análise dos recursos existentes

A segunda fase da investigação teve como objetivo avaliar os recursos disponíveis para a educação afetivo-sexual em Portugal, com enfoque na sua acessibilidade, inclusão de género e relevância para as pessoas com deficiência. Esta fase foi dividida em três áreas-chave: a identificação dos programas e materiais educativos existentes, uma avaliação da sua acessibilidade para indivíduos com diferentes deficiências e uma avaliação da forma como o género é percebido e representado nestes recursos. A análise dos materiais existentes revelou que, embora tenham sido feitos alguns progressos em termos de acessibilidade e inclusão, subsistem lacunas significativas na disponibilização de recursos adaptados que satisfaçam as necessidades específicas das pessoas com deficiência e abordem os desafios relacionados com o género que enfrentam.

FASE III: Identificação de barreiras

A terceira fase identificou as barreiras que impedem a implementação efectiva de uma educação afetivo-sexual inclusiva e acessível. Estas barreiras foram categorizadas em barreiras culturais, sociais, económicas, tecnológicas e relacionadas com o género. Os obstáculos culturais e sociais, incluindo a estigmatização da deficiência e as concepções erróneas sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, foram considerados impedimentos significativos. As restrições económicas e a falta de infra-estruturas tecnológicas também dificultaram o acesso a um ensino de qualidade, sobretudo nas zonas rurais e para as famílias com recursos financeiros limitados. As barreiras relacionadas com o género também prevaleceram, com desafios distintos enfrentados por mulheres e indivíduos não-binários com deficiência no acesso a uma educação sexual que seja inclusiva e respeitosa das suas necessidades e identidades.

FASE IV: Conclusões e recomendações

Na fase final do estudo, foram sintetizadas as principais conclusões e formuladas recomendações para melhorar a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência em Portugal. Foram propostas reformas legislativas, melhorias nos recursos educativos e acções para ultrapassar barreiras culturais, sociais, económicas e tecnológicas. O estudo salienta a necessidade de materiais educativos mais inclusivos e acessíveis, adaptados às necessidades específicas das pessoas com deficiência e que promovam a igualdade de género.

Além disso, foi salientada a importância de abordar os estigmas culturais em torno da deficiência e da sexualidade, bem como de assegurar que tanto os professores como os responsáveis políticos recebam formação adequada sobre estas questões.

O estudo conclui com um apelo à ação para a implementação das recomendações a nível político, educacional e social. O objetivo é criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo, onde os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência sejam plenamente reconhecidos e apoiados. Através destes esforços, espera-se que as pessoas com deficiência tenham maior acesso à informação e aos recursos de que necessitam para tomar decisões informadas sobre a sua saúde sexual e as suas relações, ao mesmo tempo que desafiam as atitudes e barreiras sociais que impedem a sua inclusão e autonomia.

FASE I: ANÁLISE LEGISLATIVA

A Fase I deste estudo centra-se na análise do quadro regulamentar que envolve a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. O objetivo é avaliar as leis, regulamentos e políticas existentes, e avaliar a sua eficácia na abordagem das necessidades sexuais e afetivas deste grupo. Esta fase divide-se em: revisão do quadro regulamentar relevante para compreender os fundamentos jurídicos que orientam a educação e o apoio a pessoas com deficiência.

Avaliação do quadro regulamentar através de vários métodos, incluindo: Uma análise de publicações académicas e institucionais para identificar resultados de investigação e ideias sobre o assunto. Entrevistas com peritos nos domínios da educação afetivo-sexual e da deficiência para obter informações práticas sobre a aplicação destes regulamentos. Uma análise da perceção de género nos regulamentos existentes para determinar se e como as considerações de género são integradas nas políticas de educação sexual para pessoas com deficiência.

Os resultados destas análises orientarão as recomendações para melhorar o quadro legislativo e colmatar as lacunas da política atual.

FASE I: A) QUADRO REGULAMENTAR

Esta secção centra-se na compilação e análise de regulamentos actuais a nível europeu, nacional e local relativos aos direitos afetivo-sexuais das pessoas com deficiência. Examina os principais quadros jurídicos, incluindo estratégias europeias como a União para a Igualdade: Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030 e acordos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que defendem a igualdade, a autonomia e o acesso aos serviços de saúde. A nível nacional, a Constituição e as leis portuguesas, como a Lei n.º 38/2004 sobre a igualdade de oportunidades e a Lei n.º 15/2024 que proíbe as práticas de “conversão sexual”, sublinham a não discriminação e a inclusão. A ausência de regulamentos locais específicos também será abordada, salientando a necessidade de medidas localizadas. Esta análise tem por objetivo proporcionar uma compreensão abrangente do panorama jurídico, identificando os pontos fortes e as lacunas na garantia destes direitos fundamentais.

1. Regulamentações europeias:

- **União para a Igualdade: Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030:** “As pessoas com deficiência têm direito a boas condições no local de trabalho, a viver de forma independente, à igualdade de oportunidades e a participar plenamente na vida da sua comunidade. Todos têm direito a uma vida sem barreiras. E é nossa obrigação, enquanto comunidade, assegurar a sua plena participação na sociedade, em condições de igualdade com os outros.” (Mais informações: [Link](#))

- **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD): Art. 25.** Os Estados Partes reconhecem que as pessoas com deficiência têm o direito de gozar do melhor estado de saúde possível, sem discriminação em razão da deficiência. Os Estados Partes devem tomar todas as medidas adequadas para garantir o acesso das pessoas com deficiência a serviços de saúde sensíveis ao gênero, incluindo a reabilitação relacionada com a saúde. Em particular, os Estados Partes devem (a) Proporcionar às pessoas com deficiência a mesma gama, qualidade e nível de cuidados e programas de saúde gratuitos ou a preços acessíveis que os proporcionados às outras pessoas, incluindo no domínio da saúde sexual e reprodutiva e dos programas de saúde pública de base populacional. (Mais informações: [Link](#))
- **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: Artigo 7º.** Respeito pela vida privada e familiar: “Todos têm direito ao respeito pela sua vida privada e familiar, pelo seu domicílio e pelas suas comunicações”.

Artigo 21. Não discriminação:

1. É proibida a discriminação em razão, designadamente, do sexo, raça, cor, origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual.
2. No âmbito de aplicação dos Tratados e sem prejuízo de qualquer das suas disposições específicas, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade. (Mais informações: [Link](#))

- **Estratégia do Conselho da Europa para a Deficiência 2017-2023:** O Conselho da Europa promove, protege e monitoriza a implementação dos direitos humanos para todos, incluindo as pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência têm o direito de aceder e usufruir, em condições de igualdade com as outras pessoas, de toda a gama de direitos humanos salvaguardados pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem, pela Carta Social Europeia, pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e por outros tratados internacionais. (Mais informações: [Link](#))
- **Diretiva (UE) 2024/1499 do Conselho, de 7 de maio de 2024,** relativa às normas relacionadas com os organismos para a igualdade no domínio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica, da igualdade de tratamento entre as pessoas no emprego e na atividade profissional, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de segurança social e de acesso a bens e serviços e seu fornecimento, e que altera as Diretivas 2000/43/CE e 2004/113/CE (Mais informações: [Link](#))
- **Regras Padrão sobre a Igualização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.** Adoptadas pela resolução 48/96 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de dezembro de 1993. **Regra 9.** Vida familiar e integridade pessoal: Os Estados devem promover a plena participação das pessoas com deficiência na vida familiar. Devem defender o seu direito à integridade pessoal e assegurar que a legislação não imponha discriminação contra as pessoas com deficiência no que respeita à sexualidade, ao casamento e à parentalidade. (Mais informações: [Link](#))

2. Regulamentação nacional:

• **Constituição da República Portuguesa: Artigo 13. Princípio da Igualdade:**

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, favorecido, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. (Mais informações: [Link](#))

• **Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto**

Define o quadro geral do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência.

Artigo 3. Objetivos: Constituem objectivos da presente lei a implementação de uma política global, integrada e transversal de prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência, através do seguinte

- a) Promoção da igualdade de oportunidades, assegurando às pessoas com deficiência as condições necessárias para a sua plena participação na sociedade;
- b) Promoção da educação ao longo da vida, da formação e das oportunidades de trabalho
- c) Promoção do acesso a serviços de apoio;
- d) Promoção de uma sociedade inclusiva, através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação das pessoas com deficiência. (Mais informações: [Link](#))

• **Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto.**

Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde.

Artigo 1. Objetivo:

1 - A presente lei tem por objeto prevenir e proibir a discriminação direta ou indireta baseada na deficiência, em todas as suas formas, e sancionar as acções que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais, culturais ou outros, por qualquer pessoa, em razão de qualquer deficiência.

2 - O disposto na presente lei aplica-se também à discriminação de pessoas com riscos agravados de saúde. (Mais informações: [Link](#))

• **Decreto-Lei n.º 129/2017, de 9 de outubro.**

O Programa do XXI Governo Constitucional estabelece a promoção da inclusão das pessoas com deficiência como uma das prioridades da ação governativa, reconhecendo-a como um imperativo para uma sociedade que pretende realizar todo o seu potencial. No desenvolvimento das políticas de inclusão das pessoas com deficiência, o Governo reconhece que é fundamental garantir o acesso e o exercício dos direitos de cidadania, através da sua participação nos diversos contextos de vida, em igualdade de circunstâncias com os demais cidadãos. (Mais informação: [Link](#))

- **Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto.**

Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e proteção das características sexuais de cada pessoa

Artigo 1.º Objeto: A presente lei consagra o direito à autodeterminação da identidade de género e da expressão de género, bem como o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa.

Artigo 2. Proibição de discriminação:

1 - Todos os indivíduos são livres e iguais em dignidade e direitos, sendo proibida qualquer forma de discriminação, direta ou indireta, em razão do exercício do direito à identidade de género, da expressão de género e do direito à proteção das características sexuais.

2 - As entidades privadas devem cumprir a presente lei, cabendo às entidades públicas assegurar a sua execução e promover, no âmbito das suas competências, as condições necessárias ao efetivo exercício do direito à autodeterminação da identidade de género e da expressão de género, bem como do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa. (Mais informações: [Link](#))

- **Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto.**

Estabelece o regime jurídico dos maiores assistidos, eliminando os institutos da interdição e da incapacidade, previstos no Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47.344, de 25 de novembro de 1966. (Mais informações: [Link](#))

- **Lei n.º 15/2024, de 29 de janeiro.**

Proíbe as chamadas práticas de “conversão sexual” contra pessoas LGBTQ+, criminalizando os atos tendentes a alterar, limitar ou reprimir a orientação sexual, a identidade de género ou a expressão de género, alterando a Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e o Código Penal.

Artigo 177.º 9 - A pena prevista no artigo 176.º-C é agravada em um terço se a vítima for pessoa especialmente vulnerável em razão de deficiência, doença ou gravidez. (Mais informações: [Link](#))

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal.

Este documento foi preparado pelo Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos (ODDH) em parceria com organizações de pessoas com deficiência, membros do seu Conselho Consultivo* - que representa um total de 182 organizações de pessoas com deficiência - e procura dar a resposta da sociedade civil à Lista de Questões emitida pelo Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência ao Estado Português. Além disso, o relatório apresenta recomendações para a consideração do Comité. (Mais informações: [Link](#))

- **ENIPD. Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 - 2025:**

A “ENIPD 2021-2025” destina-se a todas as pessoas com deficiência, entendidas na sua diversidade, reconhecendo que, independentemente das diferenças relacionadas com o sexo, identidade de género, orientação sexual, etnia, religião, credo, local de origem, cultura, língua, nacionalidade, naturalidade, ascendência, idade, orientação política, ideológica ou social, estado civil, situação familiar, situação económica, estado de saúde, estilo pessoal e educação, todas as pessoas têm os mesmos direitos. As medidas a implementar visam ter um impacto não só nas pessoas com deficiência, mas também nas suas famílias. (Mais informações: [Link](#))

3. Local/Regional

- Regulamentos específicos:

NÃO EXISTEM

FASE I: B) Avaliação do quadro regulamentar

A implementação efectiva de leis e regulamentos em torno da educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência é essencial para promover a inclusão e o empoderamento. Esta secção examina a forma como os quadros legislativos se traduzem na prática, avaliando o seu impacto no acesso a uma educação afetivo-sexual abrangente. Através da revisão de estudos existentes, relatórios governamentais e iniciativas, juntamente com conhecimentos recolhidos através de entrevistas com profissionais da área, esta análise identifica lacunas, desafios e oportunidades para garantir uma educação equitativa. As entrevistas fornecem perspectivas em primeira mão sobre barreiras como estigmas sociais, limitações de recursos e formação inadequada, ao mesmo tempo que destacam práticas e recomendações promissoras. Os resultados têm como objetivo informar estratégias que abordem esses desafios, normalizem as discussões sobre sexualidade e promovam os direitos sexuais dos indivíduos com deficiência.

FASE I: B.1) Revisão das publicações

1. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Conceito de Capacidade legal**: uma comparação entre os sistemas jurídicos do Brasil e de Portugal (The Convention on the Rights of Persons with Disabilities and the Concept of Legal Capacity: A Comparison between the Legal Systems of Brazil and Portugal). (Mais informações: [Link](#))

2. **SEXUALIDADE NA DIVERSIDADE** Atitudes de Pais e Técnicos face à Afectividade e Sexualidade da Jovem com Deficiência Mental (SEXUALITY IN DIVERSITY. Attitudes of Parents and Professionals towards the Affection and Sexuality of Young People with Intellectual Disabilities). (Mais informações: [Link](#))

3. **Educação Sexual em jovens adultos com perturbação do desenvolvimento intelectual.** INVESTIGAÇÃO-AÇÃO (Sexual Education in Young Adults with Intellectual Development Disorder. ACTION-RESEARCH). (Mais informações: [Link](#))

4. **Sexualidade e Bem-Estar nas Pessoas com Deficiência Intelectual Moderada:** Estudo Transversal (Sexuality and Well-being in People with Moderate Intellectual Disabilities: A Cross-Sectional Study). (Mais informações: [Link](#))

5. **Relatórios de organismos e agências governamentais:**

- Relatório sobre os Direitos Fundamentais 2024: O artigo 21.º da Carta da UE proíbe “qualquer discriminação em razão, designadamente, do sexo, raça, cor, origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual”. Na UE, a discriminação com base na origem étnica ou racial é proibida desde 2000 pela diretiva relativa à igualdade racial”. (Mais informações: [Link](#))

6. **Associação Irlandesa de Planeamento Familiar (IFPA).** Sexuality & Disability (Sexualidade e deficiência). (Mais informações: [Link](#))

7. **Nações Unidas - Direitos Humanos.** Gabinete do Alto Comissário. A/72/133: Saúde sexual e reprodutiva e direitos das raparigas e jovens mulheres com deficiência - Nota do Secretário-Geral - Relatório do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência. (Mais informações: [Link](#))

8. **Rede Equal Futures.** Relatório “What We Heard”: Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos das Pessoas com Deficiência. (Mais informações: [Link](#))

FASE I: B.2) Entrevistas com peritos no domínio Afetivo-Sexual e da Deficiência

• **1ª Entrevista (ANEXO A.1)**

•

Nome do perito: M.C

Função/Organização: Profissional que trabalha com pessoas com deficiência de cuidados, educação ou apoio, mas sem formação formal em educação afetivo-sexual educação afetivo-sexual.

Resumo da entrevista: A entrevista destaca desafios e oportunidades significativos relacionados com a educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência. M., embora não esteja diretamente envolvido em programas específicos, reconhece a importância deste tópico na sua prática profissional. As principais questões incluem lacunas na legislação, falta de recursos acessíveis e formação inadequada para os profissionais. O estigma social, as atitudes protectoras das famílias e as ideias erradas sobre a sexualidade das pessoas com deficiência dificultam ainda mais o progresso. A autora salienta o impacto negativo dos meios de comunicação social e da pornografia, que podem perpetuar expectativas irrealistas ou prejudiciais na ausência de orientação adequada

M. identifica várias barreiras, como preconceitos culturais, restrições económicas e disparidades de género, sendo que as mulheres e os indivíduos não binários com deficiência enfrentam desafios adicionais. Apesar do acesso limitado a programas especializados, a entrevistada defende melhorias na formação, recursos adaptados e medidas legislativas. Propõe a integração da educação afetivo-sexual nas escolas e nos locais de prestação de cuidados, a promoção de campanhas de sensibilização para reduzir o estigma e o desenvolvimento de ferramentas digitais para apoiar as diversas necessidades de aprendizagem. A formação abrangente dos profissionais surge como o passo mais urgente e impactante para melhorar a educação neste domínio.

- **2ª Entrevista (ANEXO A.2)**

Name of the expert: T.S

Position/Organization: Expert in affective-sexual education, gender equality, and disability inclusion.

Interview summary: T.S, an expert in affective-sexual education, gender equality, and disability inclusion, emphasizes the need for tailored programs to meet the unique needs of people with disabilities. Despite his extensive experience delivering workshops on consent, boundaries, and healthy relationships, he identifies significant challenges in this field. Legislative gaps fail to provide clear guidelines for implementing inclusive education, while inaccessible materials, social stigma, inadequate professional training, and protective family attitudes further hinder access. Gender disparities disproportionately affect women, non-binary, and trans individuals with disabilities, exacerbating barriers. Social media and pornography can negatively shape perceptions of intimacy, underscoring the need for accessible, accurate educational resources. T. highlights APF's interactive workshops as a model of good practice, combining accessible materials with holistic approaches. He advocates for comprehensive professional training, legislative reforms mandating adapted programs, and the development of inclusive resources and digital tools. A national initiative involving collaboration among government, schools, and advocacy groups is crucial to overcoming these barriers, normalizing discussions about sexuality, and empowering individuals with disabilities through comprehensive and inclusive affective-sexual education.

- **3ª Entrevista (ANEXO A.3)**

Nome do perito: J.S

Cargo/Organização: Trabalhador de apoio/educador para pessoas com deficiência.

Resumo da entrevista: J.S., um trabalhador de apoio a pessoas com deficiência, salienta a necessidade crítica de uma educação afetivo-sexual inclusiva adaptada a esta população. Apesar de abordar frequentemente questões e situações relacionadas com as relações no âmbito da sua função, a falta de formação formalizada e de recursos limita a sua capacidade de prestar um apoio abrangente.

As lacunas legislativas e os estigmas sociais, incluindo a ideia errada de que as pessoas com deficiência são assexuadas, agravam as barreiras a uma educação eficaz. Além disso, os materiais educativos inadequados, a formação profissional limitada e as restrições económicas impedem o progresso. As redes sociais oferecem oportunidades de ligação, mas também apresentam riscos, uma vez que a exposição à pornografia sem uma educação adequada pode criar expectativas irrealistas sobre a intimidade e as relações. Joana aponta a Associação para o Planeamento da Família (APF) como um modelo de programas de educação sexual acessíveis, mas sublinha a necessidade de mais iniciativas como esta. Joana apela a reformas legislativas que tornem obrigatória a educação inclusiva, a formação profissional abrangente e o desenvolvimento de recursos e ferramentas digitais acessíveis. As prioridades mais urgentes são o aumento da consciencialização dos direitos sexuais das pessoas com deficiência, a normalização das discussões sobre sexualidade e o estabelecimento de um quadro nacional que forneça orientações e recursos claros para educadores e trabalhadores de apoio.

FASE I: B.3) Respostas aos Questionários e Entrevistas

Questionários

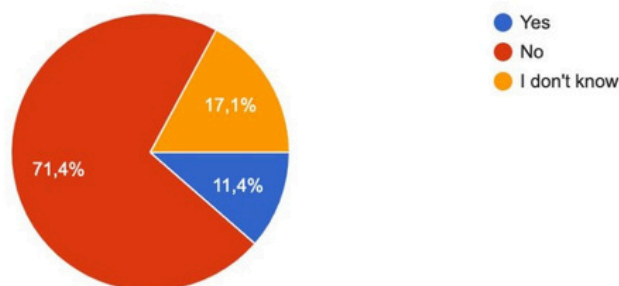
Síntese dos questionários aplicados em Portugal:

FAMILIARES E PRESTADORES DE CUIDADOS (ANEXO B.1)

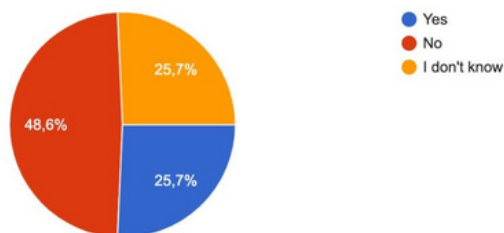
Com 45,7% de cuidadores de uma pessoa com deficiência e 54,3% de familiares de uma pessoa com deficiência, as respostas foram as seguintes

Do you think there are adequate laws that support affective-sexual education for people with disabilities?

1



Do you know of any educational programme or resource on affective-sexual education for people with disabilities?

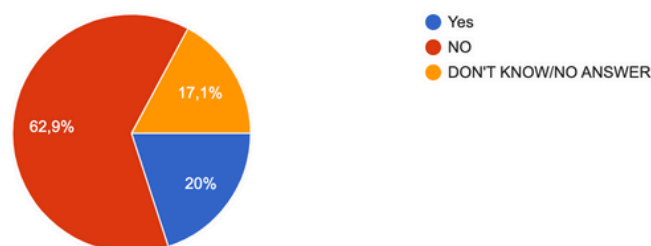


A maioria dos familiares e prestadores de cuidados respondeu que as necessidades específicas do seu familiar ou da pessoa a seu cargo **NÃO** foram bem atendidas em termos de educação afetivo-sexual.

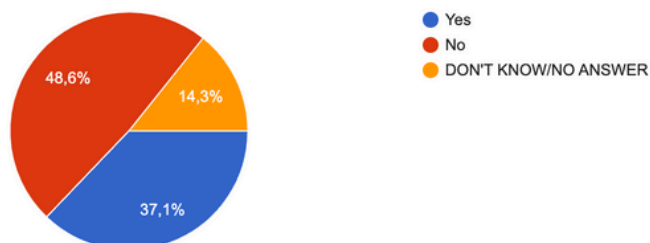
PROFISSIONAIS (ANEXO B.2)

Os resultados obtidos são os seguintes: 57,1% dos inquiridos têm formação ou experiência em educação afetivo-sexual. Mais de metade dos inquiridos (62,9%) considera que **NÃO** existe regulamentação adequada que apoie a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência.

Do you think that there are adequate regulations that support affective-sexual education for people with disabilities?



Do you know of any educational programme or resource on affective-sexual education for people with disabilities?



Uma minoria dos inquiridos (20%, ou seja, 7 indivíduos) considera que existe regulamentação adequada para apoiar a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. No entanto, 17,1% (6 inquiridos) discordaram, indicando que essa regulamentação é insuficiente. A maioria, 62,9% (22 inquiridos), manifestou incerteza ou falta de conhecimento sobre a existência de regulamentação específica para esta questão. Embora alguns participantes tenham identificado quadros de referência como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e leis gerais sobre os direitos das pessoas com deficiência como apoiantes indirectos, a maioria assinalou a ausência de leis específicas que abordem a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. As referências incluem:

- A Lei da Educação Inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018) em Portugal.
- A Lei de Acessibilidade da UE e a Lei Espanhola sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, que abordam a inclusão, mas carecem de uma implementação consistente neste contexto.
- Estratégias a nível nacional, como a Lei-Quadro da Deficiência em Portugal e as diretrizes do Ministério da Educação sobre inclusão.

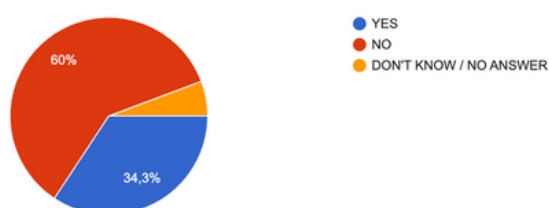
Quando questionados sobre programas ou recursos educativos, 14,3% (13 inquiridos) afirmaram ter conhecimento de iniciativas específicas relacionadas com a educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência. Em contrapartida, quase metade (48,6%, ou seja, 17 inquiridos) afirmou não ter conhecimento de tais programas. Além disso, 37,1% (5 inquiridos) não tinham a certeza ou não responderam. Entre os que estão familiarizados com os recursos, os exemplos incluem:

- Manuais e guias do Serviço Nacional de Saúde (SNS).
- Programas de organizações como a APF (Associação para o Planeamento da Família) e a CERCI, incluindo o Átomo - Educação Afetivo-Sexual da CERCIGUI.
- Workshops e iniciativas localizadas como a “Semana da Inclusão” em Braga e as sessões online da ANGES.
- Materiais desenvolvidos pela UNESCO e por ONGs de advocacia.

JOVENS COM DEFICIÊNCIA (ANEXO B.3)

O questionário foi realizado junto de pessoas com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos, de modo a obter uma melhor visão da sua opinião.

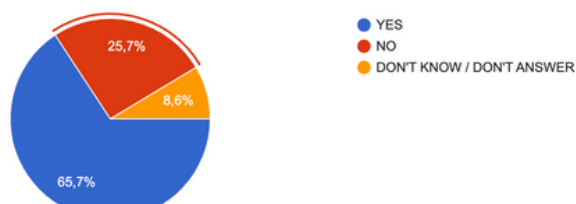
Have you been given information about the functioning and self-care of your body (self-care)?



Como se pode ver no gráfico acima, 60% dos jovens referiram que não receberam informações sobre o funcionamento e os cuidados a ter com o seu corpo (cuidados pessoais). Encontrámos a mesma estatística no que diz respeito à informação dada sobre como fazer amigos ou ter um parceiro.

Quando perguntámos: “sobre que assuntos gostaria de aprender mais?” A resposta mais comum foi que gostariam de aprender “Como explicar aos outros como me sinto”, a segunda “Como dizer ‘não’ quando não gosto de algo (estabelecer limites)” e “Como ter um parceiro”.

Would you like to have more classes or talks about the body, sexuality and relationships with other people?



FASE I: B.4) Perceção do género nos programas de educação sexual

Esta secção pretende avaliar a forma como os regulamentos existentes incorporam a perspetiva de género no contexto da educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência. O género é um fator-chave que influencia as experiências e as necessidades das pessoas com deficiência, mas muitos regulamentos ainda carecem de uma abordagem abrangente para enfrentar os desafios específicos do género. Através da análise de quadros legais, relatórios e opiniões de especialistas, exploramos se o género é adequadamente reconhecido e integrado nas políticas que moldam a educação sexual e reprodutiva e os direitos das pessoas com deficiência. As principais tarefas incluem determinar se o género é mencionado como uma categoria relevante nos regulamentos, avaliar a presença de linguagem inclusiva e específica do género e identificar os regulamentos que promovem a igualdade de género ou abordam as disparidades relacionadas com o género. Esta avaliação destaca áreas em que outras medidas sensíveis ao género poderiam reforçar as políticas e melhorar os resultados para todos os indivíduos, independentemente do género.

Avaliação dos regulamentos em termos de igualdade de género:

Os regulamentos analisados enfatizam a não discriminação com base no género, salientando a sua relevância no contexto da educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. Embora o artigo 21.º da Carta da UE proíba explicitamente a discriminação com base no sexo, os relatórios indicam que os desafios específicos do género são muitas vezes insuficientemente abordados, em especial para as mulheres e as pessoas não binárias com deficiência. Este facto sublinha a necessidade de medidas mais proactivas e inclusivas sensíveis ao género nos quadros educativos e legislativos.

- Presença de linguagem inclusiva e específica de género nos regulamentos:

- Regulamentos como o artigo 21.º da Carta da UE utilizam uma linguagem inclusiva ao enumerar o sexo e a orientação sexual entre os motivos de discriminação proibidos, mas não abordam de forma consistente as necessidades específicas dos diferentes grupos de género.
- Relatórios como o Sexuality & Disability (Sexualidade e Deficiência) da IFPA e o relatório do Relator Especial das Nações Unidas destacam as disparidades de género, mas apelam a uma maior incorporação de estratégias específicas de género nas políticas existentes.

Exemplos de regulamentos que promovem a igualdade de género e/ou têm em conta a perspetiva do género:

- Programa/Política 1: Nações Unidas - Direitos Humanos, A/72/133: Saúde sexual e reprodutiva e direitos das raparigas e jovens mulheres com deficiência salienta as vulnerabilidades e os desafios únicos enfrentados pelas mulheres com deficiência, defendendo estratégias específicas para resolver estas questões.

- **Programa/Política 2:** Associação Irlandesa de Planeamento Familiar (IFPA): Sexuality & Disability (Sexualidade e Deficiência) inclui uma abordagem sensível ao género, promovendo educação e recursos que abordam desafios específicos de género na saúde sexual e reprodutiva.
- **Programa/Regulamentos 3:** Equal Futures Network: O relatório What We Heard incorpora uma perspetiva interseccional, salientando os desafios acrescidos enfrentados por mulheres e indivíduos não binários com deficiência no acesso aos direitos de saúde sexual e reprodutiva.
- **Programa/Regulamentos 4:** Lei Espanhola sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (Ley de Salud Sexual y Reproductiva). Esta lei incorpora medidas para garantir o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva a todas as mulheres, incluindo as portadoras de deficiência. Promove a consciencialização e aborda as vulnerabilidades únicas das mulheres com deficiência, assegurando a sua inclusão em campanhas e programas de saúde pública.
- **Programa/Regulamentos 5:** Estratégia Nacional para a Deficiência, Portugal. A estratégia nacional para a deficiência em Portugal integra uma perspetiva de género, salientando a igualdade de direitos de mulheres e homens com deficiência no acesso a serviços sociais, educativos e de saúde. A estratégia inclui medidas para reduzir o estigma em torno da sexualidade das pessoas com deficiência, com especial atenção para os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com deficiência.

Conclusões do quadro legislativo

Principais conclusões:

- **Conclusão 1:** A legislação existe, mas não inclui de forma abrangente as perspectivas do género e da deficiência. Embora existam várias leis internacionais e nacionais que promovem a igualdade de género, muitas delas não incorporam totalmente a interseccionalidade do género e da deficiência, deixando lacunas na abordagem das necessidades únicas das mulheres, indivíduos não binários e trans com deficiência na área da educação afetivo-sexual. Embora existam alguns exemplos positivos de programas inclusivos (por exemplo, os workshops interactivos da APF e a advocacia da EDF), estes não estão generalizados ou padronizados em todas as regiões e serviços.
- **Conclusão 2:** Persiste a falta de recursos especializados e de formação profissional. Muitos regulamentos e relatórios destacam a necessidade de recursos acessíveis e de formação profissional para educadores, cuidadores e profissionais de saúde para ensinar adequadamente a educação afetivo-sexual a pessoas com deficiência. As lacunas na educação formal e nos programas de sensibilização para profissionais impedem a eficácia dos quadros legais existentes, deixando as pessoas com deficiência sem a orientação ou a compreensão necessárias dos seus direitos sexuais e reprodutivos.
- **Conclusão 3:** Estigma social generalizado e concepções erróneas sobre a sexualidade das pessoas com deficiência. Apesar dos avanços nos direitos e na inclusão das pessoas com deficiência, as atitudes sociais continuam a retratar as pessoas com deficiência como assexuadas ou incapazes de se envolverem em relações sexuais saudáveis. Este estigma é reforçado tanto pelas famílias como pelos profissionais, que frequentemente adoptam atitudes protectoras ou paternalistas em relação às pessoas com deficiência, limitando ainda mais o seu acesso à educação sobre saúde sexual e relações.

- Identificação de lacunas críticas:

- **Lacuna 1:** Insuficiência de legislação específica que obrigue à educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. Embora existam políticas gerais sobre deficiência e igualdade, muito poucos regulamentos exigem explicitamente a inclusão da educação afetivo-sexual adaptada às pessoas com deficiência. A ausência de tais mandatos explícitos resulta na falta de programas padronizados, deixando muitos indivíduos sem o conhecimento necessário para navegar em relacionamentos, consentimento e sexualidade.

- **Lacuna 2:** Inacessibilidade dos recursos e programas. Muitos recursos e programas existentes não são suficientemente acessíveis ou inclusivos para indivíduos com vários tipos de deficiência. Isto inclui questões como a falta de linguagem acessível (por exemplo, linguagem gestual, materiais de leitura fácil), formatos (por exemplo, ferramentas digitais ou materiais para pessoas com deficiências intelectuais) e conteúdos culturalmente adequados. O panorama atual muitas vezes não atende às diversas necessidades das pessoas com deficiência, particularmente das mulheres e das pessoas não binárias com deficiência, que enfrentam discriminação adicional baseada no género e barreiras no acesso à educação sexual.
- **Lacuna 3:** Falta de quadros intersectoriais claros que abordem os desafios acrescidos enfrentados por mulheres, pessoas não binárias e trans com deficiência. Os regulamentos e programas actuais muitas vezes não abordam as necessidades únicas das pessoas com deficiência com diversidade de género, particularmente em relação à sua saúde sexual e reprodutiva. As disparidades de género, como as taxas mais elevadas de violência sexual, os problemas de saúde reprodutiva e a marginalização das mulheres com deficiência, das pessoas não binárias e das pessoas trans, são frequentemente ignoradas na educação e nas políticas específicas para a deficiência. Há uma necessidade crítica de abordagens mais direccionadas e interseccionais que considerem tanto o género como a deficiência nos quadros educativos.

A análise do quadro regulamentar relativo à educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência revela tanto progressos como lacunas significativas. Embora a legislação existente vise promover a igualdade de género, muitas vezes não integra de forma abrangente as perspectivas de género e de deficiência, particularmente para mulheres, indivíduos não-binários e trans. As principais conclusões incluem a ausência de legislação específica que imponha a educação afetivo-sexual, o acesso limitado a recursos especializados e um estigma social generalizado em torno da sexualidade das pessoas com deficiência. Além disso, persistem lacunas críticas na acessibilidade dos programas educativos e na falta de estruturas interseccionais que abordem os desafios combinados enfrentados pelos indivíduos com deficiência em todas as identidades de género. Estas conclusões realçam a necessidade urgente de políticas específicas, inclusivas e interseccionais que garantam que todos os indivíduos com deficiência, independentemente do género, tenham acesso a uma educação sexual abrangente e acessível.

FASE II: Análise dos recursos existentes

A Fase II centra-se na avaliação dos actuais programas e materiais disponíveis para a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. Esta fase está dividida em três áreas principais: identificação dos programas e materiais educativos existentes, avaliação da sua acessibilidade para indivíduos com várias deficiências e análise da forma como o género é abordado nestes recursos. O objetivo desta fase é compreender os pontos fortes e as limitações dos recursos existentes, com especial ênfase na sua inclusão, acessibilidade e sensibilidade ao género. Os resultados desta análise fornecerão informações valiosas para melhorar a qualidade e o alcance de futuras iniciativas educativas.

FASE II: A) Identificação dos programas existentes

Programas e recursos

Programa 1: FASE II: A) Identificação dos programas existentes Fórum Europeu da Deficiência: Somos uma organização não governamental (ONG) independente que reúne organizações representativas de pessoas com deficiência de toda a Europa. Somos dirigidos por pessoas com deficiência e suas famílias. Somos uma voz forte e unida das pessoas com deficiência na Europa. (mais informações: [Link](#))

Programa 2: Rede Europeia para a Vida Independente: A ENIL é uma rede de pessoas com deficiência, liderada por utilizadores, com membros em toda a Europa. A nossa missão é defender os valores, princípios e práticas da Vida Independente: prestação de assistência pessoal e outros apoios e serviços comunitários, um ambiente sem barreiras e ajudas técnicas adequadas, tornando possível a plena cidadania das pessoas com deficiência. (mais informações: [Link](#))

Programa 3: Cartilha de Orientação sobre Sexualidade e Deficiência Intelectual: “Em nossa sociedade, a sexualidade continua sendo um grande tabu. Mitos e preconceitos inibem a orientação que deveria ser feita de forma natural e saudável. O Instituto Mara Gabrilli acredita que este é um tema que merece atenção. Por isso, elaboramos este guia, que tem como objetivo orientar sobre a sexualidade de crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual”.(mais informações: [Link](#))

Programa 4: Câmara Municipal de Braga (Câmara Municipal de Braga. Balcão da Inclusão): Disponibiliza serviços especializados relacionados com a deficiência/incapacidade, fornecendo informações sobre: Serviços de apoio social, Emprego e apoio ao empregador, Prestações sociais, Produtos de assistência/ ajudas técnicas, Centros de recursos para a inclusão, Formação profissional, Acessibilidade, Transportes, Educação, Intervenção precoce. Público-alvo: Pessoas com deficiência, suas famílias e o público em geral que procuram informações sobre estes temas. (mais informações: [Link](#))

Programa 5: Projeto: Erasmus+ sex in life: Melhorar a educação sexual das pessoas com deficiência intelectual. (mais informações: [Link](#))

Programa 6: Semana da inclusão (Programa: Inclusion Week). (mais informações: [Link](#))

Programa 7: Associação para o Planeamento da Família (Family Planning Association): “Os direitos sexuais e reprodutivos são uma componente dos direitos humanos universais, relacionados com a sexualidade, a saúde sexual e a saúde reprodutiva, decorrentes dos direitos de liberdade, igualdade, privacidade, autonomia, integridade e dignidade de todos os seres humanos. Para garantir que todas as pessoas desenvolvam uma sexualidade saudável, os direitos sexuais e reprodutivos devem ser reconhecidos, respeitados, promovidos e defendidos por toda a sociedade”. (mais informações: [Link](#))

Programa 8: CERCI Braga. Promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas, bem como das suas famílias, com base num modelo comunitário. (mais informações: [Link](#))

Programa 9: Educação Afectivo-Sexual (Átomo – Affective-Sexual Education): Acções de formação/sensibilização internas e externas dirigidas a pessoas com deficiência, outras pessoas significativas e indivíduos ativos.(mais informações: [Link](#))

Programa 10: Curso: Afectividade e Sexualidade na Deficiência Mental (Affectivity and Sexuality in Intellectual disability).(mais informações: [Link](#))

Programa 11: Sessão Online: Sexualidade da Pessoa com Deficiência (Sexuality of People with Disabilities). (mais informações: [Link](#))

FASE II: B) Avaliação da acessibilidade

Nesta secção, avaliaremos a acessibilidade dos recursos atualmente implementados em Portugal, centrando-nos nos materiais adaptados a pessoas com diferentes tipos de deficiência, nos ajustamentos necessários aos materiais normalizados e na utilização de tecnologias acessíveis.

Recursos adaptados aos diferentes tipos de deficiência Diversidade funcional: Descrição de materiais específicos adaptados:

- **Materiais escritos acessíveis:** Muitas organizações desenvolveram recursos que utilizam linguagem de fácil leitura e pictogramas para indivíduos com deficiência intelectual, como a Cartilha de Orientação sobre Sexualidade e Deficiência Intelectual, criada pelo Instituto Mara Gabrilli. Esses materiais têm como objetivo abordar a sexualidade de forma clara e direta, superando tabus sociais e fornecendo orientações para indivíduos com deficiência intelectual.
- **Recursos multimédia:** Os conteúdos de vídeo, como os disponíveis no projeto Erasmus+ “Sex in Life”, incorporam frequentemente legendas, linguagem gestual e narração por voz-off para tornar os conteúdos acessíveis a pessoas com deficiências auditivas ou visuais.
- **Formação presencial e online:** Várias organizações, incluindo a CERIAG e a CERCI Braga, oferecem programas de formação especializada em educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência. Estas sessões de formação utilizam técnicas interactivas e inclusivas, incorporando métodos de aprendizagem visuais, auditivos e práticos.

Avaliação dos ajustamentos necessários nos materiais normalizados:

- **Recursos e ajustamentos normalizados:** Embora exista uma gama de recursos existentes, muitos materiais ainda necessitam de adaptações adicionais para se tornarem universalmente acessíveis.

São necessários ajustamentos nos seguintes domínios:

- **Idioma:** Os materiais escritos padrão devem ser simplificados para acomodar indivíduos com deficiências intelectuais, usando linguagem simples, recursos visuais e explicações passo a passo.
- **Formato:** Os textos devem ser convertidos em vários formatos, incluindo áudio, braille e linguagem gestual, para garantir a inclusão de pessoas com deficiências sensoriais. Além disso, os formatos digitais interactivos (por exemplo, websites acessíveis) devem ser otimizados para leitores de ecrã e comandos de voz, de modo a garantir a usabilidade para pessoas com deficiências visuais.

Sensibilidade cultural: Os recursos devem ter em conta as diversas origens culturais das pessoas com deficiência, assegurando que o conteúdo é culturalmente adequado e inclusivo de várias identidades de género e orientações sexuais, particularmente para mulheres, pessoas não binárias e trans com deficiência.

Avaliação da utilização de tecnologias acessíveis:

Presença de ferramentas tecnológicas adaptativas (software, plataformas acessíveis, etc.): Em Portugal, estão a ser utilizadas várias tecnologias adaptativas e plataformas acessíveis, como as promovidas pelo Fórum Europeu da Deficiência (EDF) e pela Rede Europeia de Vida Independente (ENIL). Estas organizações defendem a utilização de tecnologias de apoio e ambientes sem barreiras. A integração de leitores de ecrã, software de reconhecimento de voz e ferramentas digitais interactivas garante que os conteúdos educativos podem ser acedidos por pessoas com um vasto leque de deficiências.

- **Plataformas online acessíveis:** As plataformas que apoiam a educação afetivo-sexual, como as utilizadas na Semana da Inclusão e em vários projectos educativos da Associação para o Planeamento da Família (APF), foram concebidas para serem acessíveis a pessoas com deficiências físicas, sensoriais e cognitivas. Disponibilizam materiais de fácil leitura, opções de áudio e recursos de apoio visual para envolver os participantes.
- **Ajudas técnicas e apoio:** Iniciativas locais como a Câmara Municipal de Braga oferecem ajudas técnicas e recursos especializados, incluindo dispositivos de assistência e ferramentas de software. Estas ferramentas ajudam as pessoas com deficiência a aceder à educação, aos serviços de apoio e às campanhas de saúde pública, garantindo que podem participar plenamente nas actividades educativas.

FASE II: C) Percepção do género na educação sexual

-Lacunas de acesso por género

Esta secção avaliará até que ponto existem diferenças no acesso a recursos de educação afetivo-sexual com base no género, em particular como os vários programas atendem às necessidades específicas de mulheres, homens e indivíduos não-binários. A análise centrar-se-á na forma como o conteúdo educativo aborda a identidade de género, as orientações sexuais e os papéis tradicionais de género.

-Critérios de análise:

Representação do género em materiais educativos:

- Avaliação do facto de os recursos mencionarem ambos os géneros de forma igual:

Iremos analisar se os programas e materiais educativos incluem conteúdos diversificados que abordam a identidade de género, a orientação sexual e os papéis de género. É crucial avaliar se estes programas consideram igualmente as necessidades de todas as identidades de género e se quebram os estereótipos sobre os direitos e identidades sexuais dos indivíduos com deficiência.

- Diferenças no acesso ou na percepção dos conteúdos em função do género:

Há uma lacuna significativa na maneira como os diferentes géneros acessam e percebem os recursos de educação sexual. Enquanto alguns programas se concentram nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com deficiência, outros não abordam os desafios agravados enfrentados por indivíduos não binários ou pessoas trans com deficiência, que muitas vezes enfrentam discriminação baseada no género e na deficiência. Esta secção explora a forma como estas lacunas afectam a distribuição equitativa dos recursos educativos.

- A integração da perspectiva de género está incluída nos programas?

Sim, vários programas incluem a integração da perspectiva de género, salientando a importância de abordar as necessidades específicas de género e os direitos das pessoas com deficiência na educação para a saúde sexual e reprodutiva. Programas como o relatório das Nações Unidas sobre os direitos humanos (A/72/133) e a Associação Irlandesa de Planeamento Familiar (IFPA) integram abordagens sensíveis ao género que promovem a saúde e os direitos das mulheres com deficiência.

Avaliação da inclusão de linguagem inclusiva e neutra nos materiais:

- Programas que promovem a igualdade de género:

Programa 1: Nações Unidas - Direitos Humanos, A/72/133

Este programa aborda as vulnerabilidades e os desafios únicos enfrentados pelas mulheres com deficiência, salientando a necessidade de estratégias sensíveis ao género para garantir o cumprimento dos seus direitos sexuais e reprodutivos.

Programa 2: Associação Irlandesa de Planeamento Familiar (IFPA): Sexualidade e deficiência. A IFPA incorpora uma abordagem sensível ao género, promovendo recursos educativos que abordam especificamente a saúde sexual e os direitos reprodutivos das mulheres e das pessoas com deficiência, enfatizando a não discriminação com base no género.

Programa 3: Rede Equal Futures: O relatório “What We Heard” incorpora uma perspetiva interseccional, salientando os desafios acrescidos que as mulheres e as pessoas não binárias com deficiência enfrentam no acesso aos direitos de saúde sexual e reprodutiva.

Programa 4: Estratégia Nacional para a Deficiência, Portugal. A estratégia nacional para a deficiência em Portugal integra uma perspetiva de género, salientando a igualdade de direitos de mulheres e homens com deficiência no acesso a serviços sociais, educativos e de saúde. A estratégia inclui medidas para reduzir o estigma em torno da sexualidade das pessoas com deficiência, com especial atenção para os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com deficiência.

• **Avaliação da inclusão da diversidade de orientações sexuais nos conteúdos acima referidos:**

Programa 1: Rede Equal Futures: Relatório O Que Ouvimos

O relatório incorpora uma perspetiva interseccional, salientando os desafios acrescidos enfrentados não só pelas mulheres mas também pelos indivíduos não binários com deficiência no acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Programa 2: Lei Espanhola sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (Ley de Salud Sexual y Reprodutiva)

Esta lei inclui disposições para todas as mulheres, incluindo as mulheres com deficiência, e, embora não aborde explicitamente as orientações sexuais para além da heterossexualidade, fornece uma base para a promoção dos direitos reprodutivos das mulheres com deficiência.

Principais conclusões:

- **Conclusão 1:** Embora muitos programas abordem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com deficiência, não é dada atenção suficiente às necessidades dos indivíduos não-binários e trans com deficiência. A linguagem neutra em termos de género e o reconhecimento das diversas orientações sexuais são frequentemente omissos nos conteúdos educativos.
- **Conclusão 2:** Existem lacunas notáveis nos recursos para homens com deficiência, particularmente nas áreas de educação sexual, onde a maioria dos programas se concentra mais na saúde e nos direitos reprodutivos das mulheres, negligenciando as necessidades específicas dos homens com deficiência neste contexto.
- **Conclusão 3:** Embora haja um enfoque significativo nos enquadramentos legais e nas campanhas de sensibilização para os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, os programas precisam de ser mais proactivos na abordagem do estigma social e das ideias erradas sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, em particular das pessoas não binárias e trans.

lacunas críticas identificadas:

- **Lacuna 1:** Cobertura insuficiente de identidades de género diversas (não-binárias, trans) em programas de educação sexual para pessoas com deficiência. Os programas centram-se em grande medida nos direitos das mulheres e dos homens, deixando uma lacuna significativa na abordagem das necessidades dos indivíduos com deficiência não-binários e não-conformes com o género.
- **Lacuna 2:** Falta de estruturas abrangentes e interseccionais que considerem tanto a identidade de género como a deficiência na educação sexual. As políticas e os programas actuais não conseguem abordar adequadamente os desafios compostos enfrentados por indivíduos que são simultaneamente diversos em termos de género e portadores de deficiência, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde e educação sexual.

Conclusão final da secção:

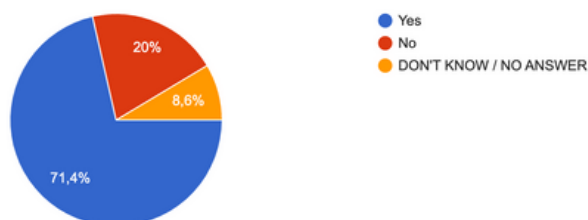
A análise revela que, embora vários programas, como os das Nações Unidas e da Associação Irlandesa de Planeamento Familiar, promovam a igualdade de género no contexto da educação sexual para pessoas com deficiência, há necessidade de uma maior inclusão. A linguagem neutra em termos de género, a representação de indivíduos não binários e um espectro mais amplo de orientações sexuais devem ser incorporados em materiais futuros. Além disso, os desafios específicos de género enfrentados por homens não-binários, trans e com deficiência continuam a estar sub-representados nestes programas, realçando a necessidade de abordagens mais direccionadas e interseccionais. Para garantir uma educação sexual abrangente e equitativa, as iniciativas futuras devem trabalhar no sentido de colmatar estas lacunas críticas, promover uma maior inclusão e garantir que todas as identidades de género e orientações sexuais sejam igualmente representadas.

FASE II: D) Respostas aos questionários e entrevistas

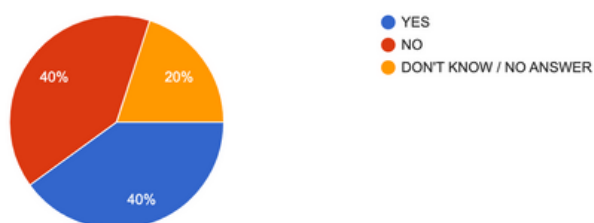
JOVENS

A maioria dos inquiridos (71,4%) manifestou o desejo de aprender mais sobre os cuidados a ter com o corpo. Da mesma forma, 65,7% afirmaram que gostariam de ter mais aulas ou palestras sobre cuidados com o corpo, sexualidade e relacionamentos. Apesar deste interesse, apenas 40% referiram ter uma pessoa de confiança com quem discutir estes temas, enquanto os restantes 60% não tinham a certeza ou não tinham ninguém em quem pudessem confiar.

Would you like to learn more about how to take care of your body?

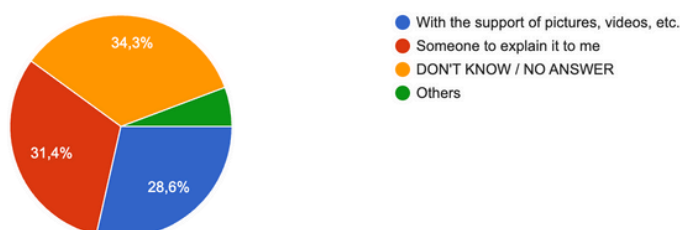


Do you have someone you trust to talk to about your body, emotions, sexuality, etc.?



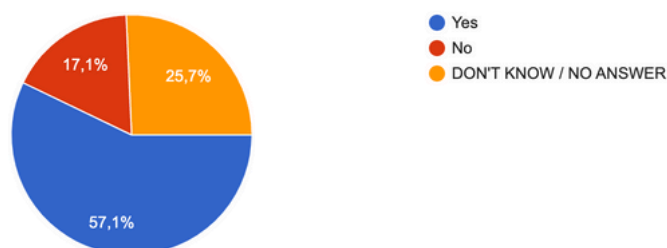
Os inquiridos revelaram preferências variadas quanto à forma como gostariam de receber as informações. Cerca de 34,3% preferiam recursos visuais, como imagens e vídeos, enquanto 31,4% preferiam que alguém lhes explicasse diretamente a informação. No entanto, uma percentagem significativa (28,6%) não especificou uma preferência e uma pequena percentagem mencionou métodos alternativos.

How would you prefer the information to be explained to you?



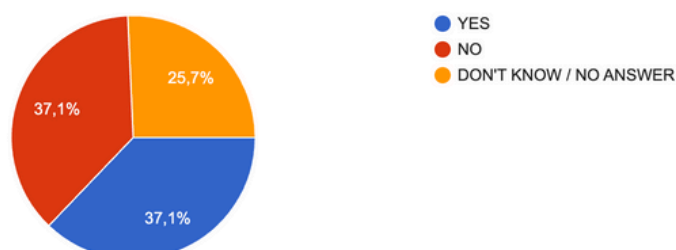
Um quarto (25,7%) dos inquiridos reconheceu ter visto conteúdos sobre o corpo, a sexualidade e as relações em plataformas como o Instagram, o TikTok ou o YouTube, mas 57,1% não tinham a certeza ou não responderam, o que indica um envolvimento ou uma sensibilização limitados nesta área.

Have you seen content about the body, sexuality and relationships, on the internet or social networks (instagram, tiktok, youtube, etc.)?

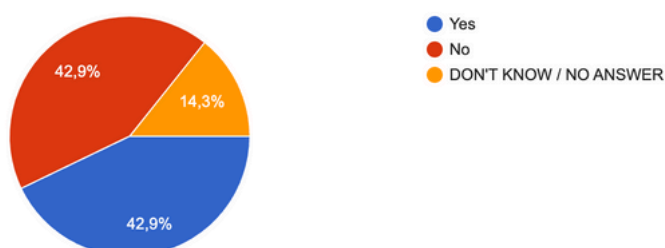


Ao discutir a consciência corporal, as emoções, a sexualidade e os relacionamentos, apenas 14,3% dos inquiridos se sentiram à vontade para abordar estes temas com a família ou amigos. Por outro lado, 42,9% expressaram desconforto e uma percentagem igual não tinha a certeza ou optou por não responder. Além disso, enquanto 25,7% indicaram ter acesso a materiais educativos como livros ou vídeos, 37,1% indicaram falta de acesso, deixando muitos sem recursos de confiança.

Do you have access to educational materials such as books or videos about the body, sexuality and social relationships?



Do you feel comfortable talking about these issues (body awareness, emotions, sexuality, social relationships, etc.) with your friends and family?



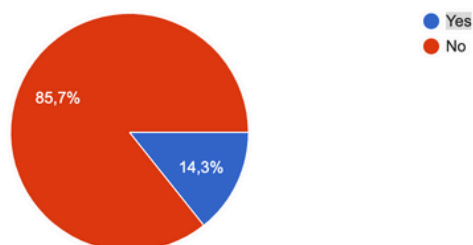
PROFISSIONAIS

Os profissionais identificaram vários tópicos essenciais para a educação afetivo-sexual adaptada às pessoas com deficiência. Estes incluem:

- Compreender os limites e o consentimento: Enfatizar os limites pessoais, o consentimento, os espaços privados versus espaços públicos e a promoção de competências de auto-advocacia.
- Práticas sexuais seguras e saúde reprodutiva: Educação sobre contraceção, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), higiene e acesso a cuidados de saúde.
- Bem-estar emocional: Abordar a autoestima, a imagem corporal, o trauma, a inteligência emocional e as pressões sociais sobre a identidade sexual.
- Inclusão: Defender uma educação que inclua a deficiência, abordar a diversidade das orientações sexuais e criar recursos de adaptação.
- Segurança digital e influência dos pares: Ensinar a segurança online, reconhecer comportamentos abusivos e navegar nas relações na era digital.

Os profissionais também enfatizaram a importância do envolvimento da família na discussão de limites e sexualidade e a necessidade de abordagens abrangentes, culturalmente sensíveis e interseccionais à educação

Do you consider that the educational resources available on affective-sexual education are accessible and suitable for people with disabilities?

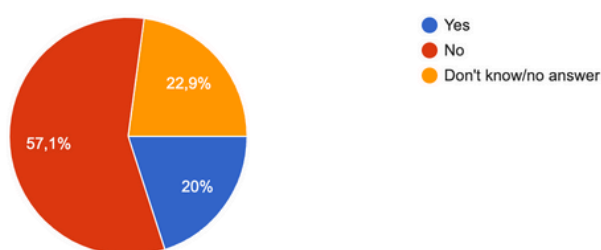


Ao discutir a consciência corporal, as emoções, a sexualidade e os relacionamentos, apenas 14,3% dos inquiridos se sentiram à vontade para abordar estes temas com a família ou amigos. Por outro lado, 42,9% expressaram desconforto e uma percentagem igual não tinha a certeza ou optou por não responder. Além disso, enquanto 25,7% indicaram ter acesso a materiais educativos como livros ou vídeos, 37,1% indicaram falta de acesso, deixando muitos sem recursos fiáveis.

Os profissionais concordaram amplamente que a Internet e as plataformas de redes sociais são altamente acessíveis para conteúdos relacionados com a sexualidade e a pornografia. No entanto, prevaleceram as preocupações com informações não regulamentadas, prejudiciais e enganosas. As pessoas com deficiência são particularmente vulneráveis a riscos como a exploração e a desinformação devido a uma literacia digital inadequada ou à falta de recursos online inclusivos e acessíveis.

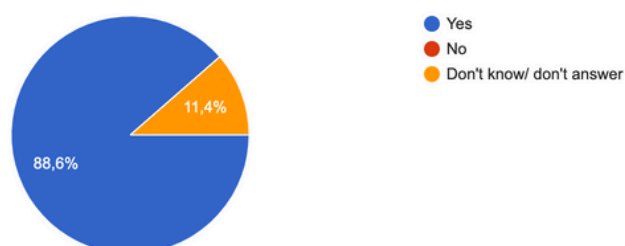
A maioria (85,7%) dos inquiridos considera que os recursos educativos actuais para a educação afetivo-sexual não são acessíveis ou adequados para pessoas com deficiência. Além disso, apenas 20% dos recursos foram considerados adaptados a diferentes géneros, tendo muitos inquiridos salientado lacunas em termos de inclusão e acessibilidade.

Are the educational resources you are aware of adapted for different genders?

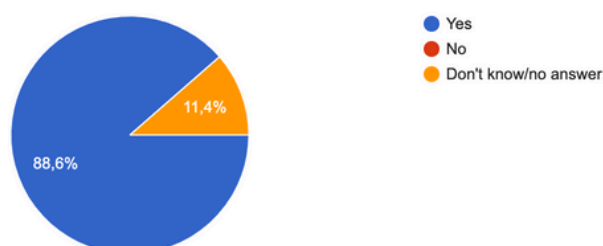


As percepções culturais, o estigma e a falta de sensibilização foram citados como obstáculos significativos à oferta de uma educação afetivo-sexual eficaz e inclusiva para as pessoas com deficiência. Estas barreiras dificultam frequentemente o acesso a recursos e sistemas de apoio adequados.

Have you observed cultural or social barriers that prevent access to appropriate affective-sexual education?



Do you think that economic barriers affect access to affective-sexual education for persons with disabilities?



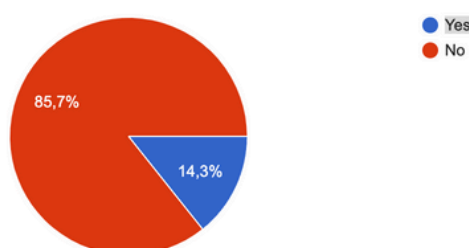
FAMÍLIA E PRESTADORES DE CUIDADOS

A maioria dos familiares e prestadores de cuidados respondeu que as necessidades específicas do seu familiar ou da pessoa a seu cargo **NÃO** foram bem atendidas em termos de educação afetivo-sexual.

As respostas ao questionário evidenciaram importantes barreiras culturais e sociais que impedem o acesso das pessoas com deficiência a uma educação afetivo-sexual adequada. Uma tendência social generalizada para dessexualizar as pessoas com deficiência perpetua a ideia errada de que estas não têm necessidades sexuais ou capacidade para relações íntimas. Isto leva frequentemente as famílias, os prestadores de cuidados e os educadores a evitarem abordar a educação afetivo-sexual, considerando-a desnecessária ou inadequada.

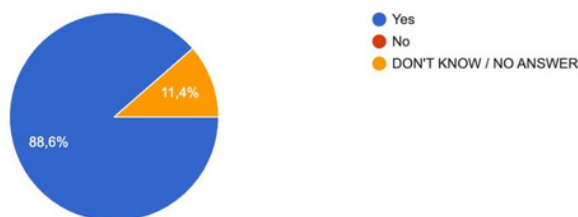
As atitudes de superproteção entre os membros da família, resultantes do receio de expor os indivíduos a danos ou a comportamentos inadequados, limitam ainda mais as discussões sobre relações, consentimento e sexualidade. As escolas também excluem frequentemente os alunos com deficiência dos programas de educação afetivo-sexual, exacerbando a sua falta de compreensão. Em muitas culturas, as discussões em torno da sexualidade, particularmente no contexto das deficiências, continuam a ser tabu. Esta relutância cria barreiras significativas a conversas abertas e honestas, deixando os indivíduos sem orientação essencial. As diferenças geracionais contribuem ainda mais para a questão, uma vez que os membros mais velhos da família vêem frequentemente esta educação como desnecessária.

Do you consider that the educational resources available on affective-sexual education are accessible and suitable for people with disabilities?

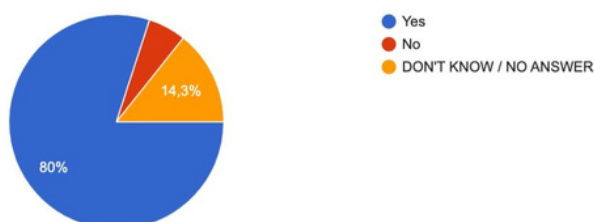


As respostas das famílias revelaram percepções mistas quanto ao facto de os seus membros com deficiência terem acedido a conteúdos relacionados com a sexualidade ou a pornografia online. Enquanto 28,6% acreditavam que esse acesso tinha ocorrido, 31,4% não acreditavam e 40% não tinham a certeza ou não responderam. No que diz respeito às medidas de controlo da Internet e das redes sociais, 54,3% referiram não ter controlos específicos ou não ter a certeza de os ter. Entre os 20% de famílias que implementaram medidas, as estratégias comuns incluíam a utilização de controlos parentais e filtros de conteúdos para bloquear websites não seguros, supervisionar a utilização da Internet, definir limites de tempo para garantir rotinas equilibradas e promover discussões abertas sobre segurança online e conteúdos adequados. Algumas famílias combinaram soluções tecnológicas com educação, enquanto outras se basearam apenas no diálogo para orientar uma utilização responsável. Estes resultados realçam a necessidade de maior apoio e recursos para ajudar as famílias a navegar na segurança da Internet e a promover comportamentos online informados para indivíduos com deficiência.

Do you think that economic barriers affect access to affective-sexual education for people with disabilities?



Have you observed cultural or social barriers that prevent access to appropriate affective-sexual education?



As respostas das famílias revelaram percepções mistas quanto ao facto de os seus membros com deficiência terem acedido a conteúdos relacionados com a sexualidade ou a pornografia online. Enquanto 28,6% acreditavam que esse acesso tinha ocorrido, 31,4% não acreditavam e 40% não tinham a certeza ou não responderam. No que diz respeito às medidas de controlo da Internet e das redes sociais, 54,3% referiram não ter controlos específicos ou não ter a certeza de os ter. Entre os 20% de famílias que implementaram medidas, as estratégias comuns incluíam a utilização de controlos parentais e filtros de conteúdos para bloquear websites não seguros, supervisionar a utilização da Internet, definir limites de tempo para garantir rotinas equilibradas e promover discussões abertas sobre segurança online e conteúdos adequados. Algumas famílias combinaram soluções tecnológicas com educação, enquanto outras se basearam apenas no diálogo para orientar uma utilização responsável. Estes resultados realçam a necessidade de maior apoio e recursos para ajudar as famílias a navegar na segurança da Internet e a promover comportamentos online informados para indivíduos com deficiência.

FASE III: Identificação das barreiras

Nesta fase, serão identificadas as barreiras que impedem a implementação efectiva de uma educação afetivo-sexual inclusiva e acessível para pessoas com deficiência em Portugal. Estas barreiras podem ser legais (analisadas na Fase I), sociais, culturais, económicas, tecnológicas ou relacionadas com a formação do pessoal educativo. O objetivo é identificar os principais obstáculos que limitam o acesso a uma educação afetivo-sexual de qualidade, com especial atenção às barreiras específicas de género e de deficiência. Ao compreender esses desafios, podemos trabalhar no sentido de criar um ambiente que promova uma educação sexual inclusiva, abrangente e equitativa para pessoas com deficiências.

FASE II: A) Barreiras culturais e sociais

Esta secção irá explorar as barreiras relacionadas com a perceção social e os preconceitos que dificultam a educação afetivo-sexual, com especial incidência nas pessoas com deficiência.

1. Estigmatização da sexualidade das pessoas com deficiência:

- Os estigmas sociais e os mitos em torno da sexualidade das pessoas com deficiência estão entre as barreiras mais significativas à educação afetivo-sexual. Estes estigmas retratam frequentemente as pessoas com deficiência como assexuadas ou incapazes de ter uma vida sexual saudável, o que perpetua atitudes prejudiciais que limitam o acesso à educação e aos recursos. Esta conceção errónea pode resultar na marginalização dos seus direitos e necessidades sexuais.
- Exemplos de casos em que estes estigmas impedem a implementação correta de programas educativos:
- Em alguns ambientes educacionais, a deficiência é vista como um obstáculo à sexualidade, levando ao silêncio ou à falta de conversa sobre educação sexual para pessoas com deficiência.
- Os pais e cuidadores podem sentir-se desconfortáveis ao discutir a saúde sexual, isolando ainda mais os indivíduos com deficiência da educação sexual crítica.

2. Preconceitos relacionados com o género:

- Os papéis tradicionais de género contribuem para a perceção da sexualidade e podem limitar a forma como a educação afetivo-sexual é recebida por pessoas com deficiência. Em muitos casos, as expectativas sociais sobre o que constitui um comportamento “apropriado” para homens e mulheres podem excluir as pessoas com deficiência do acesso a uma educação sexual abrangente. Por exemplo, as mulheres com deficiência enfrentam frequentemente uma dupla discriminação: ser deficiente e ser mulher, o que faz com que os seus direitos sexuais sejam menos reconhecidos

- Avaliação de como as expectativas culturais sobre a sexualidade masculina e feminina limitam o acesso equitativo a programas educacionais.
- Para as mulheres com deficiência, a educação sexual muitas vezes não aborda as suas necessidades específicas, e os papéis de género muitas vezes reforçam a sua exclusão das discussões sobre sexualidade e saúde reprodutiva.
- No contexto de indivíduos com deficiência não-binários ou com diversidade de género, a ignorância social em torno da identidade de género e da deficiência dificulta ainda mais o acesso desses indivíduos a uma educação sexual adequada.

3. Falta de sensibilização e de formação na comunidade educativa:

- Um obstáculo significativo à implementação bem sucedida da educação afetivo-sexual é a falta de sensibilização e formação do pessoal educativo. Os professores, cuidadores e educadores carecem muitas vezes das competências e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios únicos que os alunos com deficiência enfrentam na área da sexualidade. Esta falta de formação leva ao desconforto na discussão de temas sexuais ou à negligência das necessidades dos alunos com deficiência.

Fontes e exemplos de barreiras culturais:

- **Barreira cultural 1:** Uma perceção social comum de que a deficiência nega a necessidade de educação sexual, levando a um desenvolvimento curricular insuficiente para estudantes com deficiência.
- **Barreira cultural 2:** Relutância da família e da comunidade em discutir abertamente a sexualidade com pessoas com deficiência, levando ao isolamento e à falta de educação necessária sobre saúde sexual e reprodutiva.

FASE II: B) Barreiras Económicas e Tecnológicas

Nesta secção, serão descritas as barreiras económicas e tecnológicas que impedem a criação, a distribuição e a acessibilidade dos recursos de educação afetivo-sexual.

1. Constrangimentos económicos para as famílias e as instituições:

A falta de recursos financeiros afecta significativamente a disponibilidade e a qualidade dos programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência. As instituições educacionais podem não ter o orçamento para criar ou implementar programas especializados, e as famílias podem ter dificuldades para pagar recursos ou serviços adicionais para seus filhos ou membros da família com deficiências. Essa divisão económica limita o alcance e a qualidade dos recursos de educação sexual.

2. Falta de acesso a tecnologias adaptativas:

As tecnologias adaptativas, tais como software especializado, dispositivos de assistência e plataformas online acessíveis, são cruciais para garantir que as pessoas com deficiência possam aceder a conteúdos educativos. No entanto, a falta de acesso a essas tecnologias limita muitas vezes a participação em programas de educação afetivo-sexual, particularmente para as pessoas com deficiências graves. A escassez de ferramentas acessíveis impede muitos indivíduos de receberem a educação de que necessitam.

3. Fosso digital e falta de infra-estruturas:

Em algumas áreas, particularmente em regiões rurais ou economicamente desfavorecidas, o fosso digital agrava ainda mais a questão. As pessoas com deficiência nessas áreas podem ter acesso limitado à Internet ou a dispositivos tecnológicos, o que as impede de aceder a recursos e informações de educação sexual online. A falta de infra-estruturas para tecnologias adaptativas também agrava a desigualdade no acesso à educação sexual.

Exemplos de barreiras económicas e tecnológicas:

- **Barreira Económica 1:** Muitas famílias de pessoas com deficiências enfrentam dificuldades financeiras, dificultando o acesso a materiais educativos especializados ou a programas que abordem a sexualidade e a saúde reprodutiva.
- **Barreira Económica 2:** As escolas e instituições podem não ter o financiamento necessário para formar pessoal ou desenvolver conteúdos de educação sexual acessíveis, limitando a sua capacidade de fornecer educação sexual inclusiva e abrangente.
- **Barreira Económica 3:** Restrições financeiras em escolas rurais dificultam a implementação de plataformas de educação online ou baseadas em tecnologia para pessoas com deficiência, deixando essas populações para trás.
- **Barreira Tecnológica 1:** A falta de materiais educacionais acessíveis, como Braille ou recursos compatíveis com leitores de ecrã, impede que indivíduos com deficiências visuais tenham acesso a programas de educação sexual.
- **Barreira tecnológica 2:** A ausência de plataformas online com interpretação em linguagem gestual ou legendas limita o acesso a programas para pessoas com deficiências auditivas.
- **Barreira tecnológica 3:** A falta de infraestrutura para internet de alta velocidade ou dispositivos adaptáveis em certas regiões limita o alcance de recursos digitais de educação sexual.

FASE II: C) Barreiras relacionadas com a percepção do género

Esta secção centrar-se-á na forma como as barreiras de género influenciam a equidade no acesso à educação afetivo-sexual.

1. Diferenças de acesso entre géneros:

As pessoas com deficiência de diferentes géneros enfrentam barreiras únicas quando se trata de aceder à educação afetivo-sexual. Estas barreiras são muitas vezes agravadas pelas percepções sociais da deficiência e do género, o que leva a obstáculos específicos de cada género. Para as mulheres com deficiência, a intersecção do capacitismo e do sexismo resulta muitas vezes no facto de os seus direitos sexuais serem negligenciados ou minimizados. Para os indivíduos não-binários, a ignorância social em torno da identidade de género e da deficiência exacerba as dificuldades que enfrentam no acesso a programas de educação sexual inclusiva.

As mulheres com deficiência enfrentam frequentemente uma discriminação agravada, uma vez que estão sujeitas a preconceitos baseados no género e na deficiência. Isto pode resultar numa educação sexual que é inexistente ou que ignora as suas necessidades, levando a uma ausência de capacitação e conhecimento sobre os seus direitos sexuais.

Os indivíduos não-binários com deficiência enfrentam o duplo desafio de navegar tanto pela diversidade de género como pela deficiência. Muitos programas educativos não incluem conteúdo sobre diversidade de género e, quando o fazem, é muitas vezes enquadrado de uma forma que ignora as experiências únicas das pessoas não binárias, particularmente as que têm deficiência.

Exemplos de barreiras relacionadas com o género:

- **Barreira de Género 1:** Para as mulheres com deficiência, a falta de reconhecimento da sua sexualidade nos contextos educativos e sociais leva frequentemente à exclusão das suas necessidades dos programas de educação sexual. Isto faz com que as mulheres com deficiência sejam deixadas de fora de conversas importantes sobre direitos sexuais, saúde sexual e saúde reprodutiva.
- **Barreira de género 2:** Os indivíduos não-binários com deficiência não são frequentemente representados ou reconhecidos nos programas de educação sexual. Os materiais educativos excluem frequentemente as pessoas não binárias ou utilizam uma linguagem que reforça a compreensão binária do género, tornando difícil para os indivíduos não binários encontrarem informação relevante ou sentirem-se incluídos.

- **Principais obstáculos: Identificação dos principais obstáculos nas categorias jurídica, cultural, económica e de género.**
 - **Barreira 1:** Estigma cultural e social em torno da sexualidade das pessoas com deficiência, o que leva a concepções erróneas e à falta de uma educação abrangente sobre os direitos sexuais e reprodutivos.
 - **Barreira 2:** Barreiras económicas e tecnológicas, incluindo a falta de recursos financeiros para as famílias e instituições e o acesso insuficiente a tecnologias adaptativas para pessoas com deficiência.
 - **Barreira 3:** Barreiras relacionadas com o género, em especial para as mulheres e as pessoas não binárias com deficiência, que surgem devido à discriminação, à exclusão e à ausência de materiais educativos que incluam o género.

Lacunas críticas:

- Lacunas identificadas: Pontos em que é necessário prestar mais atenção para ultrapassar estes obstáculos.
 - **Vazio 1:** Uma lacuna significativa em programas de educação sexual culturalmente sensíveis, inclusivos e sensíveis ao género que respondam adequadamente às necessidades das pessoas com deficiência, em particular das mulheres e dos indivíduos não binários.
 - **Lacuna 2:** Acesso limitado a tecnologias adaptativas que garantam uma educação inclusiva, especialmente para pessoas com deficiência que vivem em zonas rurais ou mal servidas.

Recomendações:

- **Melhorias regulamentares:**
 - Reforçar as políticas nacionais e locais para garantir que os programas de educação sexual sejam inclusivos, sensíveis ao género e atendam às necessidades específicas das pessoas com deficiência. Isso inclui garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados em todas as estruturas de saúde sexual e reprodutiva.

- **Mudanças nas atitudes sociais e culturais:**

- Lançar campanhas de sensibilização para desafiar a estigmatização da deficiência e da sexualidade, salientando que todas as pessoas, independentemente da deficiência, têm direitos e necessidades sexuais. Envolver a comunidade educativa, as famílias e as comunidades em debates que derrubem os estereótipos em torno da sexualidade das pessoas com deficiência.

- **Atribuição de recursos tecnológicos e financeiros:**

- Aumentar o financiamento para tecnologias adaptativas e recursos educacionais acessíveis, garantindo que pessoas com deficiência tenham acesso igual a materiais de educação sexual. Isto inclui o fornecimento de subsídios para que as famílias e instituições tenham acesso a estes recursos, particularmente em áreas rurais ou economicamente desfavorecidas.
- Fornecer formação especializada para educadores e cuidadores para melhorar a sua compreensão da intersecção entre deficiência, género e sexualidade, promovendo um ambiente mais inclusivo para a educação sexual.

FASE IV: PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO E CONCLUSÃO

Conclusões gerais

1. Introdução às conclusões

O objetivo deste estudo diagnóstico foi analisar a acessibilidade e a inclusividade da educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência em Portugal, com foco na identificação de barreiras e na avaliação da influência do género no acesso a essa educação. O estudo teve como objetivo compreender os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência, em particular as mulheres e os indivíduos não-binários, no acesso a uma educação sexual abrangente e inclusiva. O processo de investigação foi estruturado em três fases principais: análise legislativa, revisão de recursos e identificação de barreiras, contribuindo cada uma delas para uma compreensão holística do panorama atual.

Fase I: Esta fase centrou-se na avaliação das leis e regulamentos existentes relacionados com a deficiência e os direitos sexuais em Portugal. A análise envolveu uma revisão de publicações relevantes, entrevistas com especialistas na área da educação afetivo-sexual e da deficiência, e uma avaliação das percepções de género nestes regulamentos. O objetivo era identificar os quadros legais que promovem a educação sexual inclusiva e destacar áreas onde as necessidades específicas de género e deficiência não são suficientemente abordadas.

A Fase II: envolveu a identificação e avaliação dos actuais programas e materiais educacionais disponíveis para pessoas com deficiências. Esta avaliação considerou a acessibilidade desses recursos e examinou como o género é percebido e representado em materiais de educação sexual. Um foco particular foi colocado sobre se os recursos incluíam conteúdo sensível ao género e se os materiais eram adaptados para acomodar diferentes tipos de deficiências.

Na fase final, o estudo explorou as barreiras culturais, sociais, económicas, tecnológicas e relacionadas com o género que impedem a implementação efectiva da educação afetivo-sexual inclusiva para pessoas com deficiências. Esta fase visava identificar os principais obstáculos, como os estigmas sociais, as restrições económicas, a falta de acessibilidade tecnológica e os preconceitos de género que limitam o acesso equitativo à educação por parte das pessoas com deficiência, com um enfoque específico nos desafios únicos enfrentados pelas mulheres e pelas pessoas não binárias.

As conclusões desta investigação fornecem uma síntese dos resultados mais relevantes sobre o estado atual da educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência em Portugal. Estas conclusões sublinham lacunas críticas na legislação, nos recursos e no acesso à educação, oferecendo recomendações para ultrapassar estas barreiras e garantir que as pessoas com deficiência, independentemente do género, possam aceder plenamente aos seus direitos sexuais e reprodutivos.

2. Conclusões da Fase I: Análise Legislativa

A análise legislativa do atual quadro regulamentar em Portugal revelou uma estrutura geralmente favorável à abordagem dos direitos das pessoas com deficiência e da saúde sexual e reprodutiva. Regulamentos importantes, como a Estratégia Nacional para a Deficiência e a Constituição Portuguesa, definem os direitos das pessoas com deficiência, garantindo o acesso à saúde, à educação e aos serviços sociais. No entanto, embora estas leis forneçam um quadro amplo para a inclusão, existem lacunas notáveis em termos de abordagem específica das necessidades das pessoas com deficiência no domínio da educação afetivo-sexual. Por exemplo, os regulamentos não abordam explicitamente as necessidades de educação sexual de indivíduos com deficiência intelectual ou os desafios únicos enfrentados por mulheres e indivíduos não-binários com deficiência.

Embora se reconheça o direito à educação e à saúde, o apoio personalizado necessário para uma educação afetivo-sexual abrangente continua subdesenvolvido.

A análise legislativa demonstrou que as perspectivas de género no contexto da deficiência e da educação sexual não são incorporadas de forma consistente em todos os regulamentos. Embora alguns enquadramentos, como a Lei Espanhola sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e o trabalho de sensibilização do Fórum Europeu da Deficiência, mencionem explicitamente a importância de abordagens sensíveis ao género em relação à deficiência e à saúde sexual, os regulamentos portugueses não abordam adequadamente a interseccionalidade da deficiência e do género. Por exemplo, a Estratégia Nacional para a Deficiência faz alguma menção à igualdade de género, mas não reconhece explicitamente os desafios acrescidos que as mulheres com deficiência ou os indivíduos não-binários enfrentam no acesso à educação sexual. Em geral, faltam disposições explícitas que visem as necessidades específicas de saúde sexual e reprodutiva das pessoas com deficiência através de uma perspetiva de género. Embora existam leis gerais que garantam os direitos das pessoas com deficiência, a ausência de legislação ou diretrizes orientadas especificamente para a educação sexual deste grupo limita o desenvolvimento de recursos inclusivos e acessíveis. A intersecção entre género e deficiência é frequentemente ignorada nos quadros jurídicos. A ausência de uma abordagem clara sensível ao género para a educação sexual de pessoas com deficiência significa que as mulheres com deficiência e os indivíduos não-binários são particularmente mal servidos em termos dos seus direitos e educação sexual.

Oportunidades de melhoria:

- Criação de legislação específica para a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência: Há uma clara oportunidade de desenvolver regulamentos que abordem explicitamente as necessidades de educação sexual de pessoas com deficiência, com foco na adaptação a diferentes tipos de deficiência. Isto garantiria que todas as pessoas, independentemente das suas capacidades, tivessem acesso à educação sexual de que necessitam para compreender os seus corpos, direitos e relações.
- Incorporação de uma abordagem sensível ao género na legislação sobre deficiência: As futuras melhorias regulamentares devem incluir uma perspetiva de género mais forte, garantindo que os desafios únicos enfrentados pelas mulheres com deficiência, indivíduos não binários e pessoas com diversidade de género são explicitamente reconhecidos. Isto pode envolver a introdução de políticas sensíveis ao género nas estruturas nacionais e o desenvolvimento de materiais de educação sexual inclusivos.
- Maior alinhamento com as normas internacionais: Com base em quadros internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que apela ao direito das pessoas com deficiência a serviços de educação e saúde sexual, existe uma oportunidade para alinhar mais estreitamente os regulamentos portugueses com as boas práticas globais.

3. Conclusões da Fase II: Revisão dos Recursos Existentes

A análise dos recursos existentes revelou tanto desafios como progressos na acessibilidade dos programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência em Portugal. Do lado positivo, várias iniciativas fizeram progressos na oferta de recursos inclusivos, particularmente em relação às deficiências intelectuais, como se pode ver em programas de organizações como a CERCÍ Braga e a CERIAG, que oferecem educação afetivo-sexual adaptada a pessoas com deficiência. No entanto, subsistem lacunas significativas na garantia de que estes recursos são acessíveis a todos os tipos de deficiência. Os programas carecem frequentemente de adaptações para indivíduos com deficiências sensoriais (por exemplo, deficiências visuais ou auditivas) ou deficiências intelectuais mais complexas. Além disso, o acesso a estes programas nem sempre é garantido para as pessoas que vivem em zonas rurais ou economicamente desfavorecidas, devido a um alcance limitado e à disponibilidade de recursos. Apesar destes desafios, têm-se registado esforços notáveis para fornecer conteúdos acessíveis através de tecnologias e plataformas especializadas.

Por exemplo, alguns programas incorporam tecnologias de apoio e pedagogias inclusivas, que ajudam a garantir que as pessoas com diferentes tipos de deficiências possam participar no material. No entanto, estas tecnologias nem sempre são universalmente acessíveis, e a disponibilidade de materiais e plataformas adaptáveis é inconsistente em todo o país. A avaliação dos materiais existentes destacou que a igualdade de género não é abordada de forma consistente nos actuais programas de educação afetivo-sexual. Embora alguns programas, como os da Associação para o Planeamento da Família e do CERIAG, incluam uma abordagem sensível ao género e tentem abordar a saúde e os direitos sexuais de mulheres e homens com deficiência, muitos materiais ainda não reconhecem adequadamente as necessidades únicas dos indivíduos não-binários ou os desafios agravados enfrentados pelas mulheres com deficiência. Há uma notável falta de interseccionalidade na maioria dos recursos, e o foco tende a ser mais na inclusão geral da deficiência do que nos desafios específicos baseados no género que as pessoas com deficiência enfrentam em relação à sexualidade e à educação sexual. Além disso, os materiais frequentemente ignoram as experiências de género das pessoas com deficiência, como a maior vulnerabilidade das mulheres com deficiência ao abuso sexual ou a necessidade de maior capacitação sexual. Esta falta de atenção às diferenças de género pode resultar em lacunas educativas, especialmente para indivíduos não binários e mulheres com deficiência.

Recomendações para melhorar a oferta de recursos:

- Desenvolvimento de materiais sensíveis ao género e inclusivos
- Expansão das características de acessibilidade
- Formação e sensibilização dos educadores
- Maior divulgação e colaboração com organizações de deficientes
- Promoção de tecnologia e plataformas acessíveis

4. Conclusões da Fase III: Identificação de barreiras

A análise das barreiras culturais e sociais revelou vários obstáculos significativos que impedem a implementação efectiva da educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. Um dos principais problemas é a estigmatização generalizada da sexualidade das pessoas com deficiência. Na sociedade, continua a existir um mito profundamente enraizado de que as pessoas com deficiência não são seres sexuais, ou que não têm o direito de explorar a sua sexualidade de forma saudável e consensual. Este estigma é muitas vezes reforçado pelas famílias, pelos cuidadores e até pelos educadores, que podem evitar discutir estes temas com as pessoas com deficiência devido ao desconforto ou a ideias erradas da sociedade. Essa estigmatização limita o acesso a uma educação sexual abrangente e inibe os indivíduos de procurarem ou se envolverem com esses programas. Além disso, preconceitos relacionados com o género continuam a moldar a perceção da sexualidade em pessoas com deficiência. Os papéis tradicionais de género influenciam frequentemente a forma como a sexualidade é entendida e discutida, especialmente em relação às pessoas com deficiência.

Por exemplo, mulheres com deficiências são muitas vezes estereotipadas como assexuadas ou não merecedoras de educação sexual, enquanto homens com deficiências podem ter oportunidades negadas de aprender sobre seus direitos e responsabilidades sexuais devido a suposições sobre sua dependência ou necessidades de cuidados. Esses vieses e preconceitos culturais impedem significativamente o acesso equitativo a programas de educação sexual. Além disso, a falta de conscientização e treinamento entre educadores sobre questões de deficiência e sexualidade exacerba ainda mais essas barreiras culturais. Sem formação adequada, professores e cuidadores podem inadvertidamente perpetuar estereótipos ou evitar abordar questões críticas relativas à sexualidade e aos relacionamentos, perpetuando assim a ignorância e a desigualdade.

As barreiras económicas e tecnológicas são também factores proeminentes que afectam a acessibilidade e a qualidade da educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. Uma das questões mais prementes são os constrangimentos económicos enfrentados tanto pelas famílias como pelas instituições. Muitas famílias de pessoas com deficiência debatem-se com recursos financeiros limitados, o que dificulta o acesso a materiais ou programas educativos especializados.

Este encargo financeiro é agravado pelo facto de que nem todas as instituições, particularmente aquelas em áreas rurais ou mal servidas, têm os recursos necessários para implementar programas de educação sexual inclusiva. A falta de financiamento para tais iniciativas leva a uma escassez de materiais, pessoal treinado e infraestrutura especializada.

Do ponto de vista tecnológico, embora tenha havido progressos na criação de plataformas digitais e tecnologias de apoio para facilitar a educação sexual acessível, existe ainda um fosso digital que dificulta a acessibilidade total. Para as pessoas com deficiência em zonas rurais ou comunidades economicamente desfavorecidas, o acesso à Internet ou às tecnologias de adaptação pode ser limitado. Além disso, as tecnologias disponíveis nem sempre são universalmente acessíveis. Por exemplo, ferramentas de assistência como leitores de ecrã, intérpretes de linguagem gestual ou materiais em braille não são integrados de forma consistente nos programas educativos, deixando alguns indivíduos sem acesso a estes recursos vitais. A falta de infraestrutura em ambientes rurais e urbanos dificulta que esses recursos cheguem a todos que precisam deles, aumentando ainda mais a lacuna na educação sexual.

As barreiras relacionadas com o género também desempenham um papel significativo na formação da experiência e da perceção dos obstáculos à educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência. As mulheres com deficiência, em particular, enfrentam desafios acrescidos devido a visões sociais que frequentemente as consideram assexuadas ou incapazes de se envolverem em relações sexuais saudáveis. Estas opiniões contribuem para a falta de educação sexual e de recursos dirigidos às mulheres com deficiência, deixando-as vulneráveis ao abuso e à exploração sexual e privando-as dos conhecimentos e da capacidade de ação de que necessitam para gerir a sua sexualidade de forma responsável.

Além disso, as pessoas não binárias com deficiência enfrentam frequentemente desafios específicos no acesso à educação afetivo-sexual. A maioria dos programas não aborda suficientemente as experiências e necessidades das pessoas não binárias, que podem não se enquadrar na dicotomia tradicional de género masculino-feminino. Esta exclusão leva frequentemente a sentimentos de invisibilidade e reforça as normas sociais de género que marginalizam os indivíduos com diversidade de género. A falta de linguagem e representações inclusivas nos recursos de educação sexual exacerba ainda mais essas barreiras, impedindo que os indivíduos não-binários recebam a mesma qualidade de educação que os seus homólogos masculinos e femininos.

5. Integração dos resultados

Os resultados das três fases da investigação destacam barreiras significativas à educação afetivo-sexual inclusiva e acessível para pessoas com deficiência em Portugal. A falta de orientações regulamentares claras sobre a educação afetivo-sexual, identificada na análise legislativa, contribui para lacunas nos recursos e programas educativos. Os materiais existentes são frequentemente inacessíveis e carecem de uma abordagem sensível ao género, o que dificulta ainda mais a equidade na educação.

O estigma cultural e os preconceitos sociais em torno da sexualidade das pessoas com deficiência criam barreiras adicionais, ao passo que as limitações económicas e tecnológicas impedem a igualdade de acesso aos recursos, em especial nas zonas mal servidas. As percepções baseadas no género, especialmente em relação às mulheres e aos indivíduos não binários com deficiência, agravam estes desafios. A integração dos resultados em todas as fases revela que essas barreiras estão profundamente interconectadas, enfatizando a necessidade de uma legislação clara, recursos educacionais inclusivos e maior conscientização e treinamento para educadores, a fim de garantir acesso igualitário à educação sexual para todos.

6. Recomendações Gerais

Para melhorar o quadro regulamentar, é essencial criar e aplicar legislação clara e específica que obrigue à inclusão da educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. Isto inclui o desenvolvimento de diretrizes que garantam a acessibilidade e a sensibilidade ao género dos conteúdos educativos. Além disso, a integração de disposições que atendam às necessidades das pessoas com deficiência nas políticas de saúde sexual e reprodutiva ajudará a eliminar as lacunas legais.

Para melhorar a acessibilidade, é necessário adaptar os recursos educativos para satisfazer as diversas necessidades das pessoas com deficiência, tendo em conta os diferentes estilos de aprendizagem e os requisitos tecnológicos. Os programas devem utilizar uma linguagem inclusiva e neutra, integrar diversas orientações sexuais e desafiar os papéis tradicionais de género para promover a equidade de género. Além disso, a formação de educadores sobre estes tópicos é crucial para melhorar a eficácia destes recursos e garantir a sua correta implementação. Os recursos devem ser facilmente acessíveis, tanto física como digitalmente, tendo em conta os indivíduos com várias deficiências, incluindo deficiências visuais, auditivas e cognitivas.

Para enfrentar as barreiras culturais e sociais é necessário aumentar a consciencialização do público e desafiar os estigmas que rodeiam a sexualidade das pessoas com deficiência. As campanhas públicas e a formação para famílias, comunidades e educadores podem ajudar a reduzir as ideias erradas e a promover a inclusão. Nas frentes económica e tecnológica, é essencial aumentar o financiamento de tecnologias e recursos acessíveis. Os programas devem ser adaptados para garantir que as zonas rurais ou economicamente desfavorecidas tenham igual acesso. Finalmente, as barreiras específicas de género, particularmente para mulheres e indivíduos não binários, devem ser abordadas assegurando que os programas educativos reflectam os seus desafios e necessidades únicos.

7. Conclusão Final

Para melhorar a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência, é necessária uma abordagem multifacetada que integre reformas legislativas, melhores recursos e acções para ultrapassar barreiras. Isto inclui a remoção de obstáculos legais e a resolução dos desafios económicos, culturais e tecnológicos identificados. O processo deve dar prioridade à inclusão, à acessibilidade e à igualdade de género. A implementação dessas recomendações exigirá esforços concertados nos níveis político, educacional e social para garantir que todos os indivíduos, independentemente de deficiência ou género, tenham acesso a uma educação sexual de qualidade. Este é um apelo urgente a uma abordagem colaborativa e intersectorial para criar uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

BIBLIOGRAFIA

- <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=8376&furtherPubs=yes>
- <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-Disabilities.html>
- <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A12012P%2FTXT>
- <https://www.coe.int/en/web/disability/strategy-2017-2023>
- <https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2024/1499/spa>
- <https://www.un.org/development/desa/disabilities/resources/general-assembly/standard-rules-on-the-equalization-of-opportunities-for-persons-with-disabilities-ares4896.html>
- <https://www.ministeriopublico.pt/iframe/constituicao-da-republica-portuguesa>
- <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/38-2004-480708>
- https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3477&tabela=leis&so_miolo=
- <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/129-2017-108265124>
- https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2926&tabela=leis&so_miolo=
- https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2925&tabela=leis&nversao=
- <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/15-2024-839477377>
- <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/comitedeficiencia-1relatorio-infoobservatorio.pdf>
- <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>
- <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=8376&furtherPubs=yes>
- <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-Disabilities.html>
- <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A12012P%2FTXT>
- <https://www.coe.int/en/web/disability/strategy-2017-2023>
- <https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2024/1499/spa>
- <https://www.un.org/development/desa/disabilities/resources/general-assembly/standard-rules-on-the-equalization-of-opportunities-for-persons-with-disabilities-ares4896.html>
- <https://www.ministeriopublico.pt/iframe/constituicao-da-republica-portuguesa>
- <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/38-2004-480708>
- https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3477&tabela=leis&so_miolo=
- <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/129-2017-108265124>
- https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2926&tabela=leis&so_miolo=
- https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2925&tabela=leis&nversao=
- <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/15-2024-839477377>
- <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/comitedeficiencia-1relatorio-infoobservatorio.pdf>
- <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf>
- https://estudogeral.uc.pt/retrieve/272709/Disserta%C3%A7%C3%A3o_MarianaAlvesFinal.pdf
- <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/8990>
- https://books.google.pt/books?hl=es&lr=&id=kajoEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA19&dq=a+sexualidade+de+pessoas+com+defici%C3%Aancia+Portugal&ots=VLazaYzwdg&sig=pHfwQeJNRIA5HF-IbdS4dw7BF2Q&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

- <https://ces.uc.pt/pt/investigacao/projetos-de-investigacao/projetos-financiados/intimidade-e-deficiencia>
- <https://www.proquest.com/openview/7ca8450d14238b73b69def2e27df7030/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>
- <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/111114>
- <https://revistas.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/11723>
- <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/58114>
- <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38723/3/GUIMAR%C3%83ES%2C%20Lu%C3%ADza%20Resende.%20A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20e%20o%20conceito%20de%20capacidade%20legal.pdf>
- <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/37442/1/Sexualidade%20na%20diversidade%20%20atitudes%20de%20pais%20e%20t%C3%A9cnicos%20face%20%C3%A0%20afetividade%20e%20sexualidade%20da%20jovem%20com%20defici%C3%Aancia%20mental Livro022.pdf>
- <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30839/1/Projeto%20de%20Investigac%C3%A7%C3%A3o%20-%20Sara%20Rodrigues.pdf>
- <https://www.revistapsiquiatria.pt/index.php/sppsm/article/view/420>
- <https://fra.europa.eu/en/publication/2024/fundamental-rights-report-2024>
- https://www.ifpa.ie/sites/default/files/documents/briefings/disability_and_sexuality_briefing_report.pdf
- <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a72133-sexual-and-reproductive-health-and-rights-girls-and-young-women>
- <https://equalfuturesnetwork.ca/what-we-heard-report-intersectional-perspectives/>
- <https://www.edf-feph.org/>
- <https://enil.eu/>
- https://www.fenacerci.pt/web/publicacoes/outras/cartilha_sexualidade.pdf
- <https://www.cm-braga.pt/pt/1101/viver/accao-social/intervencao-social/informacao-e-orientacao-social/item/item-1-4778>
- <https://apcvisu.org/projetoErausmus>
- https://www.blcs.pt/portal/docs/Programa_Semana_INCLUIR_2023.pdf
- <https://apf.pt/informacao-tematica/sexualidade/>
- <https://cercibraga.pt/sobre-a-cerci-braga/>
- <https://www.cerciag.pt/atividades/atomo>
- <https://obrassociaisvisu.pt/afetividade-e-sexualidade-na-deficiencia-mental/>
- <https://anges.pt/produto/sexualidadedeficiencia/>

ANEXO: A.1) ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO AFETIVO-SEXUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- **Nome do entrevistador:** M.C
- **Função/cargo do entrevistado:** Profissional que trabalha com pessoas com deficiência a nível assistencial, educativo ou de apoio, mas sem formação formal em educação afetivo-sexual.
- **Experiência no domínio da educação afetivo-sexual:** Experiência limitada; embora trabalhe de perto com pessoas com deficiência, não teve participação direta em programas ou projectos estruturados relacionados com a educação afetivo-sexual. A minha experiência resulta sobretudo da observação das necessidades e dos desafios nesta área, no âmbito das minhas interações profissionais quotidianas.
- **Província, concelho:** Braga, Portugal
- **Data:** 5.11.2024

1) Contexto e experiência profissional:

- Qual é a sua experiência profissional em matéria de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência? Liderou ou participou em projectos, estudos ou programas neste domínio?

Não participei em projetos ou programas específicos relacionados com a educação afetivo-sexual. No entanto, no meu trabalho quotidiano, apercebo-me da importância deste tema. As pessoas com deficiência têm muitas vezes muitas vezes dúvidas sobre relações, limites e direitos relativamente ao seu próprio corpo, mas há uma falta significativa de recursos para abordar estes tópicos de forma estruturada.

2) Quadro regulamentar e sua aplicação:

- Considera que existem lacunas ou contradições na legislação que afectam negativamente a implementação de programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

Sim, penso que existem lacunas na legislação. Na minha experiência, existem poucas orientações ou enquadramentos claros sobre como implementar a educação afetivo-sexual especificamente para pessoas com deficiência. Este facto gera incerteza entre os profissionais e limita o acesso a uma formação adequada neste domínio.

3) Desafios e barreiras:

- Quais são, na sua opinião, as principais barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam no acesso a uma educação afetivo-sexual abrangente e adequada?

As principais barreiras incluem a falta de recursos acessíveis, o estigma social e o facto de os profissionais não terem formação adequada para abordar estes temas. Além disso, muitas famílias hesitam em iniciar conversas sobre sexualidade com os seus familiares com deficiência devido a atitudes protectoras ou concepções erradas.

- Na sua opinião, qual é o impacto das redes sociais e da pornografia no bem-estar emocional e social das pessoas com deficiência?

As redes sociais e a pornografia podem criar expectativas irrealistas ou prejudiciais, especialmente quando não há apoio ou educação para ajudar a interpretar aquilo a que as pessoas com deficiência estão expostas. Sem a devida orientação, podem interpretar mal as relações ou desenvolver visões pouco saudáveis sobre a intimidade e o consentimento.

- Como é que os preconceitos ou estigmas sociais afectam a eficácia das políticas e programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

Os estigmas em torno da deficiência e da sexualidade são muito prevalentes. As pessoas acreditam frequentemente que os indivíduos com deficiência são assexuados ou incapazes de estabelecer relações íntimas. Este estigma dificulta a implementação de programas porque muitos assumem que a educação afetivo-sexual não é necessária para esta população.

- Que papel desempenham as instituições educativas, de saúde e sociais na superação destas barreiras?

Estas instituições podem desempenhar um papel crucial na formação dos profissionais, na sensibilização e na normalização dos debates sobre a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. No entanto, é necessária uma maior colaboração entre escolas, prestadores de cuidados de saúde e assistentes sociais para garantir uma abordagem consistente e de apoio.

4. Boas práticas e propostas de melhoria:

- Pode indicar alguma iniciativa ou programa que considere um exemplo de boas práticas em matéria de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

Infelizmente, não tenho conhecimento de muitos programas específicos nesta área no meu contexto profissional. No entanto, já ouvi falar de programas noutras regiões de Portugal que visam integrar a educação afetivo-sexual nos serviços de apoio à deficiência, e penso que estes poderiam servir de modelo para Braga.

- Como pensa que poderia ser melhorada a formação dos profissionais (educadores, médicos, advogados, etc.) sobre este tema?

A formação deve ser integrada na educação e no desenvolvimento profissional contínuo de qualquer pessoa que trabalhe com pessoas com deficiência. Isto inclui a disponibilização de ferramentas para falar sobre limites, relações e consentimento de uma forma acessível a diferentes tipos de deficiência.

Regulamentos e percepção legislativa

1. Na sua experiência, as leis actuais facilitam ou dificultam a implementação de programas de educação afetivo-sexual no seu ambiente de trabalho?
- Partilhe exemplos ou experiências específicas relacionadas com a sua prática profissional.

Considero que as leis actuais são algo vagas no que diz respeito à educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência. Embora a educação sexual geral possa ser obrigatória, há pouca atenção específica às necessidades específicas das pessoas com deficiência.

2. Considera que existem lacunas regulamentares que dificultam a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência na sua área?
- Em caso afirmativo, que domínios legislativos devem ser reforçados?

Sim, existem lacunas. Por exemplo, não é feita qualquer referência específica à forma de adaptar os programas a diferentes deficiências cognitivas ou físicas, nem à forma de formar profissionais para lidar com estas questões.

Disponibilidade e acessibilidade dos recursos

3. Utilizou ou teve acesso a programas específicos de educação afetivo-sexual concebidos para pessoas com deficiência?
- Em caso afirmativo, pode explicar em que consistiam e como avalia a qualidade e a pertinência desses programas para a sua prática profissional?

Não, não tive acesso a programas específicos, o que é uma das razões pelas quais esta área é frequentemente negligenciada na nossa prática.

4. Na sua opinião, os recursos disponíveis em matéria de educação afetivo-sexual são acessíveis e adequados a pessoas com diferentes tipos de deficiência?
- Que adaptações ou adaptações adicionais considera necessárias?

Na minha opinião, os recursos que existem nem sempre são acessíveis. Muitos não estão adaptados às diferentes necessidades de aprendizagem ou estilos de comunicação, o que dificulta a sua plena compreensão por parte das pessoas com deficiências intelectuais ou de desenvolvimento.

5. Na sua perspetiva profissional, os recursos tecnológicos e digitais atualmente existentes são adequados para apoiar a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência? Que ferramentas tecnológicas adicionais considera úteis ou em falta neste domínio?

Existem alguns recursos disponíveis, mas não estão muito difundidos ou são pouco conhecidos. Seria extremamente útil dispor de ferramentas digitais mais acessíveis que respondam a várias deficiências, tais como ajudas visuais ou plataformas interactivas concebidas para diferentes níveis cognitivos.

- Na sua opinião, qual é o impacto das redes sociais e da pornografia no bem-estar emocional e social das pessoas com deficiência?

Pelo que tenho visto, as redes sociais e a pornografia podem ter um impacto real no bem-estar emocional e social das pessoas com deficiência, e muitas vezes não de uma forma positiva. Estas plataformas mostram frequentemente ideias muito irrealistas ou mesmo prejudiciais sobre relações e intimidade e, sem uma orientação adequada, é fácil para as pessoas com deficiência interpretar mal o que estão a ver. Muitas pessoas recorrem às redes sociais e até à pornografia para aprenderem sobre estes temas, especialmente quando não dispõem de outros recursos, mas isso pode gerar confusão, expectativas irrealistas e, por vezes, visões pouco saudáveis sobre temas como a intimidade e o consentimento.

Identificação de barreiras

6. Que barreiras culturais ou sociais considera serem mais comuns quando se tenta implementar programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

- Exemplos: preconceitos, falta de formação, estigmas sobre a sexualidade das pessoas com deficiência.

Os preconceitos culturais e a crença de que as pessoas com deficiência não devem ou não precisam de educação sexual são barreiras significativas. Existe também um desconforto entre os profissionais e as famílias em abordar abertamente estes temas.

7. Considera que existem barreiras económicas que afectam a disponibilidade e a qualidade dos programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

- Em caso afirmativo, poderia descrever algum desses obstáculos com base na sua experiência?

Sim, o financiamento é frequentemente direccionado para áreas mais visíveis do apoio à deficiência, como a saúde física ou a formação profissional. Não é dada prioridade à educação afetivo-sexual, o que limita a qualidade e o alcance dos programas.

8. Notou barreiras relacionadas com a perceção de género no acesso das pessoas com deficiência a programas de educação afetivo-sexual?

- Considera que estas barreiras são mais evidentes para as mulheres, pessoas não binárias ou trans com deficiência?

Existem disparidades claras entre os géneros. As mulheres com deficiência são frequentemente mais estigmatizadas e a sua sexualidade é ainda mais policiada ou negligenciada do que a dos homens. Também é dada muito pouca atenção específica aos indivíduos não binários ou trans com deficiência.

9. O que considera ser o mais urgente para melhorar a educação afetivo-sexual no seu ambiente de trabalho? Esta pergunta é muito importante

- Exemplifique que tipo de recursos, formação ou mudanças institucionais seriam mais úteis para melhorar a qualidade da educação afetivo-sexual de acordo com os seus critérios.

A necessidade mais urgente é a de mais formação para os profissionais. Sem a formação adequada, não podemos orientar ou educar eficazmente as pessoas com deficiência nesta área sensível.

10. Na sua perspetiva, que medidas legislativas, sociais ou tecnológicas considera que deveriam ser implementadas para melhorar a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência?

- Se tivesse de propor uma melhoria fundamental, qual seria?

A legislação deve obrigar a que a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência seja incluída tanto nas escolas como nos estabelecimentos de cuidados, com orientações claras sobre a forma de adaptar os materiais às diferentes necessidades. A nível social, são necessárias mais campanhas de sensibilização para reduzir o estigma. A nível tecnológico, ferramentas mais acessíveis, como aplicações e plataformas online, adaptadas a várias deficiências, seriam uma grande ajuda.

A melhoria mais importante seria a realização de programas de formação abrangentes para todos os profissionais que trabalham com pessoas com deficiência, para que possam abordar com confiança a educação afetivo-sexual na sua prática. Esta formação deve incluir cenários da vida real e estratégias para adaptar a educação a diferentes tipos de deficiência.

ANEXO: A.2) ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO AFETIVO-SEXUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- **Nome do entrevistador:** T.S
- **Função/cargo do entrevistado:** Especialista em educação afetivo-sexual, igualdade de género e inclusão da deficiência.
- **Experiência no domínio da educação afetivo-sexual:** Vários anos de experiência na conceção e implementação de programas de educação afetivo-sexual, com enfoque nas pessoas com deficiência. Isto inclui a colaboração com organizações como a APF (Associação para o Planeamento da Família) e outras iniciativas locais em Portugal.
- **Província, concelho:** Braga, Portugal
- **Data:** 5.11.2024

1) Contexto e experiência profissional:

- Qual é a sua experiência profissional em matéria de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência? Já liderou ou participou em projectos, estudos ou programas neste domínio?

Tenho uma vasta experiência no desenvolvimento e implementação de programas de educação afetivo-sexual adaptados a pessoas com deficiência. Isto inclui trabalhar com organizações como a APF, que se dedica à promoção da saúde sexual e reprodutiva. Participei em workshops que abordam temas como o consentimento, os limites pessoais e as relações saudáveis, especificamente concebidos para pessoas com várias deficiências.

2) Quadro regulamentar e sua aplicação:

- Considera que existem lacunas ou contradições na legislação que afectam negativamente a implementação de programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

Sim, penso que existem lacunas na legislação. Na minha experiência, existem poucas orientações ou enquadramentos claros sobre como implementar a educação afetivo-sexual especificamente para pessoas com deficiência. Este facto gera incerteza entre os profissionais e limita o acesso a uma formação adequada neste domínio.

3) Desafios e barreiras:

- Quais são, na sua opinião, as principais barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam no acesso a uma educação afetivo-sexual abrangente e adequada?

As principais barreiras incluem:

- Materiais didáticos inacessíveis: Muitos dos recursos existentes não estão adaptados às diversas necessidades das pessoas com deficiência, o que dificulta a sua participação plena nos conteúdos.
 - Estigma social: Existe uma crença prevalecente na sociedade de que as pessoas com deficiência são assexuadas ou incapazes de estabelecer relações românticas, o que pode levar a negligenciar as suas necessidades educativas neste domínio.
 - Formação limitada para educadores e profissionais: Muitos professores e prestadores de cuidados não têm a formação necessária para ministrar eficazmente educação sexual a pessoas com deficiência, o que dificulta a sua capacidade de prestar apoio adequado.
 - Conceitos erróneos da família: Muitas vezes, as famílias têm visões protectoras que podem restringir o acesso à educação sexual, pois podem sentir-se desconfortáveis ao discutir estes tópicos.
- Na sua opinião, qual é o impacto das redes sociais e da pornografia no bem-estar emocional e social das pessoas com deficiência?

As redes sociais podem servir de plataforma de ligação e informação, proporcionando às pessoas com deficiência a oportunidade de aprenderem sobre relações e sexualidade. No entanto, a influência da pornografia pode ser prejudicial, uma vez que apresenta frequentemente representações irrealistas da intimidade e do consentimento. Sem uma educação adequada, as pessoas com deficiência podem ter dificuldade em discernir relações saudáveis de estereótipos nocivos, afectando o seu bem-estar emocional e social.

- Como é que os preconceitos ou estigmas sociais afectam a eficácia das políticas e programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

Os preconceitos sociais prejudicam significativamente a eficácia das iniciativas de educação afetivo-sexual. A ideia errada de que as pessoas com deficiência não têm necessidades sexuais leva a uma atenção insuficiente por parte dos decisores políticos e dos educadores, resultando em programas que não respondem às suas necessidades específicas. Este estigma pode também desencorajar os indivíduos de procurar informação e apoio relativamente aos seus direitos sexuais.

- Qual o papel das instituições educacionais, de saúde e sociais na superação dessas barreiras?

Estas instituições têm um papel fundamental na criação de um ambiente inclusivo para a educação afetivo-sexual. As escolas devem implementar currículos inclusivos que atendam às necessidades dos alunos com deficiência, enquanto os prestadores de cuidados de saúde devem garantir que os serviços de saúde sexual são acessíveis e adaptados às suas necessidades específicas. As instituições sociais podem ajudar a conscientizar e defender os direitos de indivíduos com deficiência, garantindo que suas vozes sejam ouvidas nas discussões sobre educação sexual.

4. Boas práticas e propostas de melhoria:

- Pode indicar alguma iniciativa ou programa que considere um exemplo de boas práticas em matéria de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

Um exemplo de boas práticas são as oficinas educativas da APF, que se centram na educação afetivo-sexual de pessoas com deficiência. Estas oficinas incluem sessões interactivas que utilizam materiais acessíveis e envolvem os participantes em debates sobre relações, consentimento e segurança pessoal. A APF colabora com várias partes interessadas, incluindo escolas e serviços de apoio, para garantir uma abordagem holística à educação.

- Como pensa que poderia ser melhorada a formação dos profissionais (educadores, médicos, advogados, etc.) sobre este tema?

A formação dos profissionais deve ser abrangente e direccionada. Os seminários devem incluir módulos sobre as necessidades específicas das pessoas com deficiência, salientando a forma de comunicar eficazmente temas sensíveis. O desenvolvimento profissional contínuo e o acesso a recursos que destacam as boas práticas na educação afetivo-sexual são cruciais. A colaboração com organizações como a APF pode fornecer informações valiosas sobre estratégias de ensino e apresentação de conteúdos eficazes.

Regulamentos e percepção legislativa

1. Na sua experiência, as leis actuais facilitam ou dificultam a implementação de programas de educação afetivo-sexual no seu ambiente de trabalho?
- Partilhe exemplos ou experiências específicas relacionadas com a sua prática profissional.

As leis actuais dificultam principalmente a implementação devido à falta de disposições específicas que abordem as necessidades das pessoas com deficiência. Embora existam mandatos gerais para a educação sexual, eles não fornecem a orientação necessária sobre como esses programas devem ser adaptados ou implementados para indivíduos com várias deficiências.

2. Considera que existem lacunas regulamentares que dificultam a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência no seu domínio?

- Em caso afirmativo, que áreas legislativas deveriam ser reforçadas?

Sim, existem lacunas significativas na regulamentação. A legislação deve ser reforçada para incluir diretrizes específicas que obriguem à adaptação da educação sexual para pessoas com deficiência, assegurando que os educadores estão equipados com as ferramentas e os recursos necessários para fornecer uma instrução eficaz.

Disponibilidade e acessibilidade dos recursos

3. Utilizou ou teve acesso a programas específicos de educação afetivo-sexual concebidos para pessoas com deficiência?

- Em caso afirmativo, pode explicar em que consistiam e como avalia a qualidade e a pertinência desses programas para a sua prática profissional?

Sim, acedi a vários recursos e programas desenvolvidos pela APF, que visam educar as pessoas com deficiência sobre os seus direitos e a importância de relações saudáveis. Estes programas utilizam recursos multimédia, como vídeos e workshops interactivos, para envolver os participantes e facilitar a aprendizagem.

4. Na sua opinião, os recursos disponíveis em matéria de educação afetivo-sexual são acessíveis e adequados a pessoas com diferentes tipos de deficiência?

Muitos recursos atualmente disponíveis não são suficientemente adaptados para atender às diversas necessidades de indivíduos com diferentes deficiências. Há uma necessidade premente de mais materiais que sejam especificamente adaptados a várias capacidades cognitivas e físicas, garantindo que todos os indivíduos possam beneficiar-se da educação sexual.

5. Na sua perspetiva profissional, os recursos tecnológicos e digitais atualmente existentes são adequados para apoiar a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência? Que ferramentas tecnológicas adicionais considera úteis ou em falta neste domínio?

Os recursos tecnológicos existentes são limitados em termos de acessibilidade. Embora existam algumas plataformas digitais que fornecem informações sobre educação sexual, estas carecem frequentemente de adaptações para pessoas com deficiência. É necessária uma tecnologia mais inclusiva que permita aos indivíduos aceder à informação em formatos adequados às suas necessidades específicas.

- Na sua opinião, qual é o impacto das redes sociais e da pornografia no bem-estar emocional e social das pessoas com deficiência?

Uma vez que as pessoas com deficiência são muitas vezes deixadas de fora dos debates sobre sexualidade e relações, podem sentir que têm de juntar as peças do que é “normal” ou esperado a partir do que encontram na Internet. Infelizmente, sem uma educação acessível e conversas de apoio, isto pode diminuir a autoestima ou criar mal-entendidos sobre as relações. É por isso que penso que precisamos de mais recursos que abordem estes temas diretamente e de forma acessível e significativa para esta comunidade.

Identificação de barreiras

6. Que barreiras culturais ou sociais considera serem mais comuns quando se tenta implementar programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

- Exemplos: preconceitos, falta de formação, estigmas sobre a sexualidade das pessoas com deficiência.

As barreiras culturais e sociais incluem estigmas generalizados em torno da sexualidade de indivíduos com deficiências, concepções errôneas sobre a sua agência sexual e um desconforto geral em discutir tópicos sexuais. Essas atitudes muitas vezes levam a uma falta de envolvimento de educadores, famílias e da comunidade em geral no apoio a uma educação sexual eficaz.

7. Do you think there are economic barriers that affect the availability and quality of affective-sexual education programs for people with disabilities?

- Em caso afirmativo, poderia descrever algum desses obstáculos com base na sua experiência?

Sim, as barreiras económicas afectam significativamente a disponibilidade e a qualidade destes programas. Limitações de financiamento podem restringir o desenvolvimento e a disseminação de materiais acessíveis e treinamento para profissionais. Além disso, escolas e organizações de apoio podem priorizar outros programas em detrimento da educação sexual devido a restrições orçamentárias.

8. Notou barreiras relacionadas com a percepção de género no acesso das pessoas com deficiência a programas de educação afetivo-sexual?

- Considera que estas barreiras são mais evidentes para as mulheres, pessoas não binárias ou trans com deficiência?

Sim, as barreiras relacionadas com o género são bastante pronunciadas. As mulheres e as pessoas não binárias com deficiência enfrentam frequentemente desafios adicionais devido a normas sociais que as retratam como vulneráveis ou incapazes de gerir a sua saúde sexual. Isto pode levar a recursos educativos inadequados e à falta de apoio para as suas necessidades específicas.

9. O que considera ser o mais urgente para melhorar a educação afetivo-sexual no seu ambiente de trabalho? Esta pergunta é muito importante

- Exemplifique que tipo de recursos, formação ou mudanças institucionais seriam mais úteis para melhorar a qualidade da educação afetivo-sexual de acordo com os seus critérios.

A necessidade mais urgente é o desenvolvimento de programas de treinamento abrangentes para educadores e cuidadores que se concentrem especificamente nas necessidades de educação sexual de indivíduos com deficiências. Isso deve incluir a criação de recursos e materiais adaptados, bem como a promoção de um ambiente onde as discussões sobre sexualidade sejam normalizadas e incentivadas.

10. Na sua perspetiva, que medidas legislativas, sociais ou tecnológicas considera que deveriam ser implementadas para melhorar a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência?

- Se tivesse de propor uma melhoria fundamental, qual seria?

As medidas legislativas devem incluir o estabelecimento de orientações claras que obriguem à inclusão da educação afetivo-sexual nas escolas para as pessoas com deficiência. A nível social, são necessárias campanhas de sensibilização para desafiar os preconceitos existentes e promover os direitos das pessoas com deficiência a receber educação sexual. A nível tecnológico, deve investir-se no desenvolvimento de recursos digitais acessíveis que possam ser utilizados para facilitar a aprendizagem de indivíduos com necessidades diversas.

Uma melhoria fundamental seria a criação de uma iniciativa nacional centrada no desenvolvimento de programas inclusivos de educação afetivo-sexual especificamente para indivíduos com deficiência. Esta iniciativa deve incluir a colaboração entre agências governamentais, instituições educativas e grupos de defesa para garantir uma abordagem abrangente que responda às necessidades únicas desta população.

ANEXO: A.3) ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO AFETIVO-SEXUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- **Nome do entrevistador:** J.S
- **Função/cargo do entrevistado:** Trabalhador de apoio/educador de pessoas com deficiência.
- **Experiência no domínio da educação afetivo-sexual:** Experiência no domínio da educação afetivo-sexual: Embora não tenha formação formal em educação afetivo-sexual, tenho vários anos de experiência de trabalho com pessoas com deficiência em contextos educativos e de apoio. Através deste trabalho, desenvolvi uma perceção das suas necessidades em matéria de educação sexual e afectiva.
- **Província, concelho:** Braga, Portugal
- **Data:** 6.11.2024

1. Contexto e experiência profissional:

- Qual é a sua experiência profissional em matéria de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência? Liderou ou participou em projectos, estudos ou programas neste domínio?

Na minha função, interajo diariamente com pessoas com deficiência, observando as suas interações sociais e necessidades emocionais. Embora não tenha liderado projectos específicos de educação afetivo-sexual, deparo-me frequentemente com questões e situações relacionadas com a sexualidade e as relações entre as pessoas que apoio. Esta experiência tem evidenciado a grande lacuna na educação em torno destes temas.

2. Quadro regulamentar e sua aplicação:

- Considera que existem lacunas ou contradições na legislação que afectam negativamente a implementação de programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

Sim, parece haver lacunas na legislação. Embora existam diretrizes gerais para a educação sexual nas escolas, estas não abordam explicitamente as necessidades das pessoas com deficiência. Como resultado, os programas educacionais muitas vezes ignoram como adaptar seu conteúdo para essa população, levando à perda de oportunidades para uma educação significativa.

3. Desafios e obstáculos:

- Quais são, na sua opinião, as principais barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam no acesso a uma educação afetivo-sexual abrangente e adequada?

Existem vários obstáculos, nomeadamente

- Falta de recursos acessíveis: Muitos materiais educativos não são concebidos para pessoas com deficiência, o que dificulta a compreensão de conceitos-chave.
 - Estigma social: Existe uma crença prevalecente de que os indivíduos com deficiência não têm necessidades ou desejos sexuais, o que pode levar à negligência na sua educação sobre estes tópicos.
 - Discussões limitadas: As famílias e os prestadores de cuidados sentem-se frequentemente pouco à vontade para discutir a sexualidade, deixando os indivíduos sem a orientação necessária.
 - Formação inadequada dos educadores: Muitos profissionais, incluindo eu próprio, não receberam formação específica sobre como abordar a educação afetivo-sexual, o que limita a nossa capacidade de apoiar os indivíduos de forma eficaz.
- Na sua opinião, qual é o impacto das redes sociais e da pornografia no bem-estar emocional e social das pessoas com deficiência?

As redes sociais podem proporcionar um sentido de comunidade e oportunidades para as pessoas com deficiência aprenderem sobre relações. No entanto, também existem riscos; a exposição à pornografia pode criar expectativas irrealistas e confusão sobre relações saudáveis e consentimento. Sem uma educação adequada, as pessoas podem ter dificuldade em lidar com estas influências, o que pode ter um impacto negativo no seu bem-estar emocional e social.

- Como é que os preconceitos ou estigmas sociais afectam a eficácia das políticas e programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

Os preconceitos afectam significativamente a eficácia das políticas educativas. A crença de que as pessoas com deficiência são assexuadas ou incapazes de ter relações significa que os programas muitas vezes não têm em conta as suas necessidades. Esta falta de compreensão conduz a uma lacuna na educação, uma vez que não lhes é fornecida a informação de que necessitam para desenvolver relações saudáveis e compreender os seus direitos.

- Que papel desempenham as instituições educativas, de saúde e sociais na superação destas barreiras?

Estas instituições têm um papel vital a desempenhar. As escolas precisam de implementar programas de educação sexual inclusiva que respondam às necessidades dos alunos com deficiência. As instituições de saúde devem fornecer serviços e informações de saúde sexual acessíveis, e as instituições sociais devem promover a conscientização sobre os direitos sexuais de indivíduos com deficiência para promover um ambiente mais inclusivo.

4. Boas práticas e propostas de melhoria:

- Pode indicar alguma iniciativa ou programa que considere um exemplo de boas práticas em matéria de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

Uma iniciativa notável em Portugal é o trabalho efectuado pela Associação para o Planeamento da Família (APF), que oferece workshops e materiais centrados na educação sexual para pessoas com deficiência. Estes programas têm como objetivo fornecer informação acessível sobre relações e consentimento, mas acredito que deveriam ser desenvolvidas mais iniciativas como esta.

- Como pensa que poderia ser melhorada a formação dos profissionais (educadores, médicos, advogados, etc.) sobre este tema?

A formação deve estar mais amplamente disponível e ser específica para as necessidades das pessoas com deficiência. Os workshops devem incluir estratégias práticas para discutir tópicos afetivo-sexuais, bem como recursos adaptados aos vários tipos de deficiência. A colaboração com organizações especializadas em educação sexual para pessoas com deficiência pode melhorar a formação ministrada.

Regulamentos e percepção legislativa

1. Na sua experiência, as leis actuais facilitam ou dificultam a implementação de programas de educação afetivo-sexual no seu ambiente de trabalho?
- Partilhe exemplos ou experiências específicas relacionadas com a sua prática profissional.

- Por favor, partilhe exemplos específicos ou experiências relacionadas com As leis actuais não facilitam suficientemente a implementação. A falta de orientação específica sobre a adaptação da educação sexual para pessoas com deficiência significa que muitos educadores, incluindo eu próprio, não têm a certeza de como abordar estes assuntos, o que dificulta a nossa capacidade de fornecer uma educação eficaz.

2. Considera que existem lacunas regulamentares que dificultam a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência na sua área?

Em caso afirmativo, que domínios legislativos devem ser reforçados?

Sim, existem lacunas regulamentares significativas. A legislação deve definir claramente a necessidade de uma educação sexual inclusiva e fornecer recursos para apoiar a sua implementação em contextos educativos.

Disponibilidade e acessibilidade dos recursos

3. Utilizou ou teve acesso a programas específicos de educação afetivo-sexual concebidos para pessoas com deficiência?

- Em caso afirmativo, pode explicar em que consistiam e como avalia a qualidade e a pertinência desses programas para a sua prática profissional?

Encontrei alguns materiais da APF destinados a pessoas com deficiência, mas estes recursos são frequentemente limitados e não estão amplamente distribuídos. Falta o acesso a programas abrangentes que possam ser integrados no nosso trabalho de apoio.

4. Na sua opinião, os recursos disponíveis em matéria de educação afetivo-sexual são acessíveis e adequados a pessoas com diferentes tipos de deficiência?

Muitos dos recursos disponíveis não estão adequadamente adaptados às necessidades dos indivíduos com deficiências diversas. São necessários mais materiais que tenham em conta os vários níveis cognitivos e estilos de aprendizagem para garantir um ensino eficaz.

5. Na sua perspetiva profissional, os recursos tecnológicos e digitais atualmente existentes são adequados para apoiar a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência? Que ferramentas tecnológicas adicionais considera úteis ou em falta neste domínio?

Atualmente, os recursos tecnológicos são limitados em termos de acessibilidade. Embora existam algumas plataformas em linha que fornecem conteúdos de educação sexual, muitas não têm características que acomodem indivíduos com deficiência. Deve ser desenvolvida tecnologia mais inclusiva para facilitar a aprendizagem.

- Na sua opinião, qual é o impacto das redes sociais e da pornografia no bem-estar emocional e social das pessoas com deficiência?

A pornografia pode ser ainda mais problemática porque apresenta frequentemente uma visão distorcida da intimidade. Sem acesso à educação afetivo-sexual, as pessoas com deficiência podem interpretar mal o que vêem, o que leva a concepções erradas sobre a intimidade e o que é apropriado nas relações. Penso que este facto sublinha a necessidade de uma educação acessível e de recursos que ofereçam uma visão clara e realista das relações e dos limites. Ter profissionais que possam discutir estes tópicos abertamente e num ambiente de apoio é crucial para os ajudar a navegar por estas influências de uma forma saudável.

Identificação de barreiras

6. Que barreiras culturais ou sociais considera serem mais comuns quando se tenta implementar programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

- Exemplos: preconceitos, falta de formação, estigmas sobre a sexualidade das pessoas com deficiência.

As barreiras comuns incluem crenças sociais de que as pessoas com deficiência não se devem envolver em relações sexuais e desconforto entre os prestadores de cuidados e educadores quando discutem tópicos sexuais. Estas atitudes culturais criam um ambiente em que a educação afetivo-sexual é frequentemente negligenciada.

7. Considera que existem barreiras económicas que afectam a disponibilidade e a qualidade dos programas de educação afetivo-sexual para pessoas com deficiência?

- Em caso afirmativo, poderia descrever algum desses obstáculos com base na sua experiência?

Sim, as barreiras económicas desempenham um papel importante. O financiamento limitado pode restringir o desenvolvimento e a distribuição de materiais e programas educacionais de qualidade. Muitas organizações lutam para alocar recursos para iniciativas de educação sexual.

8. Notou barreiras relacionadas com a perceção de género no acesso das pessoas com deficiência a programas de educação afetivo-sexual?

- Considera que estas barreiras são mais evidentes para as mulheres, pessoas não binárias ou trans com deficiência?

Sim, existem barreiras visíveis. As mulheres e as pessoas não binárias com deficiência enfrentam frequentemente desafios adicionais devido às expectativas sociais e aos estereótipos sobre o género e a sexualidade. Isto pode levar a uma falta de educação adaptada às suas necessidades específicas.

9. O que considera ser o mais urgente para melhorar a educação afetivo-sexual no seu ambiente de trabalho? Esta pergunta é muito importante

- Exemplifique que tipo de recursos, formação ou mudanças institucionais seriam mais úteis para melhorar a qualidade da educação afetivo-sexual de acordo com os seus critérios.

A necessidade mais urgente é aumentar a consciencialização e a aceitação dos direitos sexuais das pessoas com deficiência entre as famílias, os educadores e a comunidade. Os esforços de educação e sensibilização devem centrar-se na normalização das discussões sobre sexualidade para garantir que os indivíduos recebem a informação e o apoio de que necessitam.

10. Na sua perspetiva, que medidas legislativas, sociais ou tecnológicas considera que deveriam ser implementadas para melhorar a educação afetivo-sexual das pessoas com deficiência?

- Se tivesse de propor uma melhoria fundamental, qual seria?

A legislação deve incluir disposições específicas para a educação sexual inclusiva adaptada às pessoas com deficiência. A nível social, são necessárias campanhas de sensibilização para combater o estigma e promover a compreensão dos direitos das pessoas com deficiência relativamente à sua sexualidade. A nível tecnológico, o investimento em recursos digitais acessíveis é crucial para facilitar a aprendizagem.

Uma melhoria fundamental seria o estabelecimento de um quadro nacional para a educação afetivo-sexual que abordasse especificamente as necessidades das pessoas com deficiência. Este quadro deve fornecer diretrizes para educadores e trabalhadores de apoio, assegurando que uma educação abrangente esteja disponível em todos os contextos.

